

**Redes Sócio-técnicas e Agricultura Sertaneja:
novos enfoques em programa de ATER**



Carlos Alberto Dayrell
Solange Monteiro de Souza

Montes Claros / MG
BRASIL
2006

SUMÁRIO

1.0 ANTECEDENTES.....	3
1.1 Leitura que o CAA/NM faz do contexto onde surge e atua	4
2.0 MARCO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATER	7
2.1 O processo desenvolvimentista e as políticas públicas de ATER	7
3.0 ASPECTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS NA TRAJETÓRIA DO CAA NM.....	8
3.1. Os primeiros passos (1985-1990)	8
3.2. A abordagem comunitária e as ações temáticas (1990-1995).....	11
3.3. Da abordagem comunitária para o Desenvolvimento Local (1996-2002).....	12
3.4 A abordagem territorial e as redes sócio-técnicas.....	15
4.0 DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO: Análise da Assessoria à Cooperativa Grande Sertão	18
4.1. A Cooperativa Grande Sertão: história, formas de gestão e desafios	18
4.2. Entram em cena os mobilizadores e mobilizadoras inscritos em redes sócio técnicas...26	26
4.3. Em discussão: que referências para uma política de ATER pública estão sendo construídas a partir da assessoria à Cooperativa Grande Sertão?	34
5.0 LIÇÕES APRENDIDAS	36
BIBLIOGRAFIA.....	39
ANEXO LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	41
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	42

Redes Sócio-técnicas e Agricultura Sertaneja: novos enfoques em programa de ATER¹

Carlos Alberto Dayrell²
Solange Monteiro de Souza³

1.0 ANTECEDENTES

Nos meados da década de 1980, em meio à efervescência de movimentos sociais e uma marcante intervenção do Estado na agricultura brasileira, surge no Norte de Minas Gerais o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - CAA/NM - como um espaço de reposicionamento socioeconômico e cultural de grupos de agricultores e agricultoras do sertão norte mineiro. Suas estratégias metodológicas vêm se pautando em ações que possam promover sinergias positivas em torno da produção agroecológica, do agroextrativismo, do beneficiamento e comercialização, buscando respeitar e valorizar o conhecimento das populações tradicionais e estimular o debate permanente a partir do diálogo e aprendizado em meio aos agricultores e agricultoras. Sua atuação é orientada em busca da visibilização, valorização, autonomia e fortalecimento das iniciativas dos grupos, com a constituição de vínculos solidários entre os agricultores e na dinamização de redes sócio-técnicas para o desenvolvimento e acompanhamento da produção agroecológica.

Nesta perspectiva, o processo de criação da Cooperativa Agroextrativista Grande Sertão, a partir de 2003, e a assessoria para a sua consolidação vêm constituindo-se como um instrumento fundamental para a materialização destes propósitos e das estratégias de acompanhamento sócio-técnico centradas na relação “Agricultor & Agricultor”, via grupos de agricultores e agricultoras inseridos em redes e em distintas dinâmicas territoriais.

A sistematização que apresentamos refere-se a uma das iniciativas que vem sendo construída pela entidade em seus vinte anos de trajetória no Norte de Minas. A partir de 2004 a entidade foi contemplada com um programa de financiamento do Governo Federal inserindo-se na recém elaborada Política Nacional de ATER que tem a agroecologia e a utilização de metodologias participativas como eixos orientadores de ação para uma nova e universal ATER. No entanto, sabemos dos grandes desafios para que os diferentes agentes de ATER pública incorporem efetivamente estas novas orientações em suas ações cotidianas.

Esta sistematização é uma reflexão sobre os processos de assessoria sócio-técnica desenvolvidos pela entidade, buscando descrever e analisar os fatores de contexto e suas influências sobre a experiência em desenvolvimento. Pretendemos também fornecer subsídios e referências para o debate em torno da construção de uma diferenciada política pública de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil. Usamos como referência na construção desta reflexão o documento intitulado “Sistematização da Experiência do CAA/NM: Gestão de territórios em redes sócio-técnicas” que foi produzido pela entidade em abril de 2006.

Analisamos como foi o processo de incorporação pelo CAA da estratégia metodológica que tem na relação agricultor&agricultor um dos elementos atuais mais fortes de sua atuação em programas comprometidos com a re-inserção econômica, social e cultural das populações sertanejas no cenário regional e nacional. Chamado a contribuir com a Cooperativa Agroextrativista Grande Sertão com um programa de “ATER”, o CAA foi buscar na sua estratégia de acompanhamento e assessoria que teve suas origens em 1994 quando foi desenvolvido o Programa de Formação de Jovens, depois designado Programa de Formação de Monitores, inspirado na perspectiva metodológica da relação Agricultor & Agricultor. Esta experiência de agricultores como educadores, como protagonistas em um programa de assessoria técnica, foi aprimorada durante a execução de um programa de gestão ambiental executado no vale do rio Mosquito tendo o STR de Porteirinha como parceiro (2000/2003).

Naquele momento, após um amplo processo de mobilização provocado pelo diagnóstico da bacia do rio Mosquito, montou-se um ousado programa de formação visando irradiar ações de manejo e conservação dos recursos naturais ancorado no fortalecimento da agricultura nativa e de inserção nos

¹ Esta sistematização contou com a colaboração ativa dos diretores e equipe do CAA e Cooperativa Grande Sertão, além da contribuição da pedagoga Mary Gonçalves Fonseca

² Engenheiro Agrônomo, Msc em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, técnico do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. Email: dayrell@gmail.com

³ Cientista Social, técnica do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. Email: solange@caa.org.br

espaços de políticas públicas. A lição que se aprendeu naquele momento, apontava a insuficiência apenas da formação dos agricultores como elemento chave no processo de diálogo com outros agricultores e comunidades; a insuficiência da articulação de um programa de acompanhamento técnico tendo os agricultores como protagonistas se os mesmos não estivessem mergulhados em um ambiente de interações técnicas, sociais e políticas onde o próprio aprendizado e as novas questões que fossem surgindo não fossem atualizadas a cada momento, buscando saídas e propondo soluções como um caminhar em espiral.

Segundo um dos assessores do CAA/NM na cooperativa, o desenho da proposta considerou a experiência anterior da entidade e que de alguma forma também estava sendo implementada em uma escala reduzida, na própria cooperativa. Com a incorporação dos agricultores como mobilizadores eles cumprem o papel de articular a produção dos locais com a cooperativa, atuando como educadores nos núcleos territoriais, animando uma rede sócio-técnica em torno do agroextrativismo.

Na construção desta sistematização realizamos reuniões com o CAA/NM discutindo com a equipe, coordenação da entidade e diretores da Cooperativa Grande Sertão, a importância e a forma de sua execução. A seguir realizamos incursões junto a alguns dos articuladores locais utilizando a técnica da observação participante com o objetivo de se levantar o contexto de suas atividades. Segundo Becker

“o observador participante coleta dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo ou organização que se estuda. Ele observa as pessoas que está estudando para ver as situações com que se deparam normalmente e como se comportam diante delas. Entabula conversação com alguns ou com todos os participantes desta situação e descobre as interpretações que eles têm sobre os acontecimentos que observou” (BECKER, 1999 apud CORREIA, 2005).

Nestas incursões procuramos entender um pouco mais as funções que vêm sendo desempenhadas pelos articuladores, fazendo uma primeira descrição sobre o que faz, como fazem, com quem, que assuntos aborda sobre o trabalho específico e como articula com outras atividades e questões; ouvindo a sua opinião sobre as suas ações, o que observa como importante e que tipo de dificuldades se apresentam; procuramos também saber com quais organizações se articula e para que, observando como se dá concretamente esta articulação. Ainda com esta perspectiva, participamos de reuniões da direção da cooperativa com os articuladores, com o objetivo de observar um momento de avaliação e planejamento de suas atividades.

Além das incursões junto aos articuladores, realizamos 24 entrevistas semi-estruturadas a partir de uma amostragem de técnicos e agricultores mais envolvidos com as atividades da Cooperativa, a saber: 04 técnicos do CAA/NM, 07 diretores e colaboradores da Cooperativa Grande Sertão, 04 pesquisadores da UNIMONTES e UFMG e 09 representantes de organizações locais de agricultores familiares. As entrevistas tiveram a finalidade de buscar a compreensão que vem sendo acumulada por estes sujeitos sociais a cerca da agroecologia, suas concepções sobre a construção de um projeto de desenvolvimento para a região norte mineira. Ouvimos suas opiniões acerca das contribuições, limites e desafios da assessoria que vem sendo prestada pelo CAA/NM, da atuação da Cooperativa Grande Sertão e de suas próprias inserções e contribuições nestes processos.

Paralelamente, fizemos uma pesquisa bibliográfica, um resgate documental (relatórios, avaliações internas e externas, atas e outros) e debates internos, atualizando a leitura que hoje o CAA/NM faz do contexto e das estratégias de sua atuação desde 1985, buscando localizar os principais dilemas e desafios colocados para o momento atual e futuro.

Finalmente, todas estas contribuições foram reunidas e analisadas numa perspectiva histórica, sendo apresentadas em dois momentos: para o CAA NM e para diretores e cooperados da Cooperativa Grande Sertão, momento em que incorporamos novas avaliações e reflexões que integram as observações finais deste documento.

1.1 Leitura que o CAA/NM faz do contexto onde surge e atua

Minas Gerais é o quarto estado Brasileiro em extensão territorial (588.386 km²), correspondendo a 6,9% do território nacional e tem população residente acima de 16,5 milhões de habitantes, sendo oito milhões desta população economicamente ativa. Com uma área significativamente extensa, a geologia, o clima, o relevo e os condicionantes hídricos propiciaram o surgimento de uma cobertura vegetal extremamente rica e diversa, representante de três grandes biomas brasileiros: a Mata Atlântica, o Cerrado e a Caatinga, conforme FIG. 01. Paisagens que

convivem com uma diversidade de flora e fauna, em que as populações humanas co-evoluíram no rastro de diferentes racionalidades contrastivas: a indígena, ocupante ancestral do território americano, confrontado com a frente de ocupação colonial oriunda de São Paulo (Bandeirantes), e outra oriunda do Nordeste Brasileiro (Fazendas de Gado)⁴. O território norte mineiro foi um ponto de encontro destas racionalidades, condicionando e contribuindo para a emergência de populações distintas e diversas, e com diferentes formas de relacionamento com o meio ambiente natural.

Uma das marcas inscritas na fisionomia deste estado é a transição ecogeográfica: do Sudeste para o Nordeste brasileiro; da mancha atlântica que não toca, mas recebe os ares da costa brasileira, para o sertão; do clima sub-úmido para o semi-árido; do cerrado para a Caatinga; do mar de morros da zona da mata, para a aparente calmária dos cerrados que invadem o sertão mineiro. Notadamente uma fisionomia singular no âmbito dos ecossistemas brasileiros. Abriga, em um pouco mais do que uma centena de milhares de quilômetros quadrados, uma diversidade única de paisagens conformadas pelo contato ecossistêmico. Os cerrados, as Caatingas, a mata Atlântica ora se entrelaçam no território, ora constroem imensas e profundas manchas de domínio e calmária. A malha hídrica e os movimentos migratórios de animais, incluídos os da espécie humana, se encarregam de por em contato estas imensas manchas de domínios ecossistêmicos.



FIGURA 1 - Biomos de Minas Gerais Fonte

Minas Gerais é o estado da diversidade - uma marcante diversidade ecológica, rastros culturais contrastivos, uma economia notadamente diversificada. O Produto interno bruto é distribuído em 53,68% para o setor de serviço, 35,6% para a indústria e 10,72% para a agropecuária. Entretanto, 51% do PIB industrial encontram-se concentrado na região central. As desigualdades econômicas e sociais entre as regiões mineiras são profundas (Fontes, 1998:397-414).

É nessa paisagem múltipla e singular que se assenta uma agri-cultura diversa, movida por diferentes matrizes de racionalidade, uma fisionomia social rica e complexa. Poderíamos também dizer que está inscrito sobre esta paisagem uma boa mostra daqueles que são os verdadeiros portadores do patrimônio cultural do agrus brasileiro.

A meso-região Norte de Minas se destaca como a região de maior participação da agricultura familiar na ocupação sócio-econômica, com algumas microrregiões e municípios se destacando como, por exemplo, o de Porteirinha, com uma concentração ainda mais elevada de agricultores familiares.

É este o lócus de atuação do CAA/NM. .

Das Minas para os Gerais: a construção, reconstrução e afirmação de identidades.

Do ponto de vista ecogeográfico, a região do Norte de Minas caracteriza-se como uma ampla faixa de transição, entre uma vegetação típica do Planalto Central Brasileiro – os Cerrados – e as

⁴ Costa, J.B. denomina a frente oriunda de São Paulo como “dos paulistas”, cujo marco que orienta a racionalidade de convivência com os territórios é a da exploração: dos minerais e dos cativos (negros e índios). Da mesma maneira, denomina a frente oriunda do Nordeste Brasileiro como “dos baianos”, cujo marco que orienta a racionalidade de convivência com os territórios, é a da produção de alimentos, onde o gado funcionava como moeda de troca com os mercado dos minerais. (informação pessoal).

formações que fazem contato com a Caatinga, vegetação típica do semi-árido Nordeste. Em função das mudanças de altitude e linhas de drenagem vão se formando as áreas de domínio, ora do cerrado, ora da Caatinga. Como quem disputa o domínio do território, o cerrado e a Caatinga se entrelaçam, conformando complexos e variados ecossistemas de transição - as Matas secas ou Florestas caducifólias - em variadas formas.

A ocupação humana destes variados ecossistemas, através de um processo de coevolução homem – ecossistemas foi, ao longo do tempo, conformando culturas, agroecossistemas e diversos sistemas de organização sócio-cultural e econômica: o *modus vivendi* dos habitantes da Caatinga “os Caatingueiros”, dos habitantes do cerrado “os Geraizeiros”, dos habitantes das veredas “os Veredeiros”, dos habitantes das ilhas e Vazantes do São Francisco “os Vazanteiros”, e ainda os remanescentes de Indígenas e Quilombos. Daí a conformação de diferentes sistemas cognitivos, que Gonçalves (2000) redefine como as diferentes matrizes de racionalidade.

J.B.Costa (2005), ao discutir os processos civilizatórios que se interpenetraram e se imbricaram ao longo da história regional, evidenciou as características de cada sociedade ou de agrupamento humano que se fixou no Norte de Minas e que contribuíram para dar a essa sociedade e à sua cultura a sua singularidade. Há aspectos construídos secularmente pelas gentes miúdas vivendo invisíveis no interior das sociedades nacionais, que têm sido considerados como cruciais para compreendê-las e inscreverem-nas como portadoras de um legado a ser devidamente reconhecidas, inclusive com políticas públicas emirjam na contramão da pasteurização com que tendem a serem tratados os que são denominados genericamente como agricultores familiares.

As populações tradicionais norte mineiras são reconhecidas pelas pessoas, pois com frequência, elas se referem “a outras e a elas mesmas como sendo vazanteiros, barranqueiros, Caatingueiros ou geraizeiros”. Esse conhecimento não é dado apenas para as pessoas do Norte de Minas, já que diversos autores têm informado a existência das populações tradicionais que aqui existem secularmente. Em seu estudo sobre o homem no vale de São Francisco, Pierson (1972) informa sobre os Veredeiros e os geralistas ou geraizeiros. Mas outras populações, além destas, foram reconhecidas por Ladeira (1951) apud Dayrell (1998): para este estudioso da vida regional há no interior das regiões do vale do São Francisco, pequenos núcleos de populações com denominações especiais, conforme a região habitada: os chapadeiros, que vivem nas chapadas regionais; o campineiro, gentes que habitam as campinas; os barranqueiros ou vazanteiros que vivem e produzem nas barrancas ou vazantes do rio São Francisco.

Fruto do trabalho desenvolvido pelo Centro de Agricultura Alternativa entre as populações rurais da região (Dayrell, 1998), nos é informado também a existência dos Caatingueiros e distingue os barranqueiros dos vazanteiros, porque, assim, são regionalmente reconhecidos. Enquanto os primeiros vivem nas margens sanfranciscana, os segundos são grupos de gentes habitando as vazantes também dos outros rios regionais. Os imigrantes de italianos que se fixaram nos sopés da serra do Espinhaço na região da Serra Geral são reconhecidos pelos geraizeiros da região de Rio Pardo de Minas, que comercializa sua produção na feira de Porteirinha como Caatingueiros.

Da mesma maneira, um *modus vivendi* diferenciado pode ser encontrado junto à população negra que habita o vale do rio Verde Grande, no interior de uma floresta de Caatinga arbórea, desde antes da chegada da bandeira de Mathias Cardoso de Almeida no final de século XVI⁵: os quilombolas, dado que as populações negras têm sido reconhecidas, desde que iniciou a aplicação do Artigo 68 dos Ato das Disposições Constitucionais Provisórias fixadas na Constituição de 1988.

Todas essas identidades são construídas a partir do nicho ecológico em que grupos de populações rurais fundaram os seus mundos e constituíram-se como comunidades. Identidades que são sempre auto-identificações, mas que se constroem contrastivamente. Somente se sabe que há Caatingueiros, por exemplo, porque pessoas assim identificadas se encontram e convivem com pessoas que são identificadas por elas como geraizeiros que, por sua vez, os identificam como Caatingueiros.

Cada uma dessas populações é identificada a partir de um aspecto de sua cultura que é transformado em diacrítico, que lhes confere uma diferença em relação às populações que se situam nas circunvizinhanças dos seus territórios. Para Jacinto (1998), outro aspecto importante e que Costa

⁵ Mathias Cardoso foi um dos primeiros brancos que promoveu a ocupação do território regional e consolidou a sociedade colonial norte mineira.

(2005) coloca como recorrente nas populações tradicionais norte-mineiras, é o fato de possuírem um sentimento de localidade e de pertença que operacionaliza a vida destas pessoas, principalmente, em virtude de ser por meio dele que se dá a diferenciação no contexto mais imediatamente regional em que se encontram situados.

Luz Oliveira (2005), nos alerta que, num contexto de intensa interação social, onde a proximidade de paisagens contrastivas cuida de pôr em contato distintas geo-histórias e matrizes de racionalidades como as que se apresentam nessa região, as identidades não se definem pelas relações internas, mas pelas relações que se desenvolvem nas fronteiras, pelas relações interculturais, não podendo mais ser compreendidas pela mirada essencialista e substantivista, vista como totalidade homogênea decifrável a partir de sua lógica interna. Uma concepção relacional nos ajuda compreender o processo de proliferação recente de reivindicações de identidades, que se manifesta entre os Geraizeiros do Alto Rio Pardo, ou entre os Quilombolas do Campo Negro da Jaíba, especialmente vitalizado durante o processo de luta pela reconquista de seus territórios.

“O ambiente de confronto instalado pela disputa do território com os grandes projetos agroindustriais que buscam se reposicionar na região, de forma clara tem estimulado o que poderíamos também chamar de processo de reterritorialização e de reafirmação de diferenças identitárias em um movimento contrário às novas olas civilizadoras sobre o sertão e os sertanejos que nele habitam” (d’Angelis, 2005).

Não obstante, este é um território de encontro entre as bacias do Rio São Francisco, Jequitinhonha e Pardo de Minas, ao mesmo tempo de encontro e confronto desse conjunto diferenciado de histórias de ocupação econômica, políticas de desenvolvimento e de matrizes de racionalidade. Constituindo-se em um complexo mosaico, enquanto substrato sócio-ambiental, representativo das muitas contradições da experiência de Minas Gerais, e por que não dizer, brasileira, de políticas para o desenvolvimento rural.

2.0 MARCO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATER

2.1 O processo desenvolvimentista e as políticas públicas de ATER

Nos anos 1960 a região, ao ser anexado à área de atuação da SUDENE, recebe fortes investimentos na infra-estrutura de apoio ao capital, com modernização das fazendas que se transformam em empresas agropecuárias e com expansão das relações capitalistas de produção. Neste período iniciam-se a implantação dos grandes projetos de irrigação em Pirapora, Manga e Janaúba e também o estímulo ao plantio dos maciços monoculturais de eucalipto, dando origem e condições para que o agrobusiness se instale na região. Há um intenso êxodo rural em decorrência das terras terem passado a ser mercantilizáveis, e início do crescimento das cidades regionais com migração da população rural expulsa do campo por perderem, violentamente, as suas terras, e a busca de trabalhadores qualificados para assumirem os lugares nas indústrias que se instalaram em Montes Claros, Bocaiúva, Pirapora, Várzea da Palma e Capitão Enéas (Costa, 2005).

Este movimento “civilizador” que se avizinha, sob as vestes modernas do agronegócio, é analisado por D’Angelis (2005) como uma forma de integrar esta região, a todo custo, como produtora de matéria prima barata: ora com os plantios homogêneos de Eucalipto para produção de carvão e celulose para alimentar os autoforos e usinas que aquecem a cadeia do aço, papel e os negócios correlatos a estes; ora com os pólos de agricultura irrigada, ou pecuária. Tais boas novas, na verdade, se inserem como parte de complexos oligopólios que se estruturaram em escala planetária, com tentáculos por todos os cantos do planeta, estabelecidos na estrutura global de produção e consumo. Às regiões, vistas como arrinconadas, cabe receber estas atividades como “ajuda ao desenvolvimento”, mesmo sendo, na verdade, relegado a estas, a pilhagem e o saque voraz de seus estoques de capital natural.

Assim, os programas de “ajuda ao desenvolvimento” ocorrido no semi-árido norte-mineiro, desconsiderou por completo a existência de uma diversidade de populações rurais que, historicamente, desenvolveram estratégias sensíveis no manejo dos recursos naturais, como o aproveitamento das potencialidades de distintos habitats, o uso de variedades genéticas de plantas desenvolvidas e adaptadas aos diferentes agroambientes e no aproveitamento intrínseco da biodiversidade presente na flora nativa. Pelo contrário, afetou as bases de sustentação e de reprodução social dos grupamentos humanos, designados genericamente pelos serviços públicos como “pequenos produtores rurais”, deixando-os ainda mais frágeis frente às adversidades da região.

Um dos braços que trabalhou (e continua trabalhando) com muita eficácia nesta concepção de promoção do desenvolvimento foi o Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural estatal, que se adentrou pelo sertão, no afã de promover o “desenvolvimento das comunidades”. Encapuzados em programas e projetos, saía-se difundindo os pacotes tecnológicos sem se dar conta da diversidade de populações que aí viviam e da complexidade do ambiente em que estavam intervindo. Os que iam resistindo, eram taxados de atrasados, resistentes⁶.

Novos programas, novos conceitos, novos discursos. Abandonando o conceito de camponês, talvez pela carga política que lhe é inerente, os sertanejos e toda sua diversidade apontada no capítulo anterior passam a serem vistos pelos programas públicos, e mesmo pela academia, ora como pequenos produtores, ora como agricultores de subsistência, de baixa renda, ou mais recentemente, como agricultores e agricultoras familiares com direito a sobrenomes: consolidados, periféricos ou em transição. Conceitos amorfos e economicistas, negadores de uma identidade própria enquanto produtores, de povos com a singularidade de sua cultura, de seu olhar para o mundo, de sua reação e adaptação incessante aos desafios impostos pelos novos tempos. Em todos eles uma noção de subalternidade em uma região de desvalor, de incapacidade, ainda presente quando milhares de projetos do PROGER, do PRONAF, os levam à inadimplência generalizada: não aplicaram corretamente a tecnologia apregoada; a terra não se adaptou às exigências do gado de leite importado do centro-sul; ou às sementes melhoradas de mamona, milho, algodão . . . A culpa nunca coube ao sistema financeiro que orienta as linhas de crédito, nunca ao sistema de pesquisa e “assistência técnica e extensão rural” responsáveis pela elaboração e acompanhamento dos projetos; à lógica miúda de um padrão tecnológico que não se adapta às diversidades ecossistêmicas da região e ao povo do lugar.

Na verdade, o que está em discussão no debate sobre ATER é mais do que inadaptação de um padrão tecnológico às diversidades ecossistêmicas e culturais de um determinado lugar. Ester Boserup no começo da década de 1970, em pleno vigor do modelo de geração, ensino e difusão de tecnologias baseada na abordagem de comunicação por transmissão desenvolvido em torno da estratégia de expansão da Revolução Verde (Mussoi & Pinheiro, 2003), já nos alertava sobre a inadequação da noção clássica, excessivamente simplificada, acerca dos processos de mudança técnica na agricultura em sociedades não ocidentais. Ela já analisava os resultados desalentadores dos serviços de extensão organizados em ampla escala que creditavam à ignorância como a causa principal do uso de métodos de cultivos extensivos, chamando a atenção de que mudanças tecnológicas estavam também associadas aos sistemas de uso de terra e de que práticas intensivas como as apregoadas pelos extensionistas da Revolução Verde não poderiam ser introduzidas simplesmente por meio da *educação* ou da *instrução* (Boserup, 1987).

3.0 ASPECTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS NA TRAJETÓRIA DO CAA NM

Apresentaremos aqui a trajetória da construção metodológica no interior das ações desenvolvidas pelo CAA/NM, organizada em quatro fases caracterizadas por momentos de mobilização de suas estratégias, guiados pelas avaliações críticas e lacunas apresentadas nos processos vivenciados pela instituição e subsidiados pela apreensão de uma realidade em movimento. Esta organização em fases tem um caráter didático, visando facilitar a compreensão da evolução da experiência institucional. Experiência que resultou na adaptação e desenvolvimento de sua atual estratégia de acompanhamento sócio técnico baseado na relação agricultor&agricultor. Porém, vale ressaltar que são fases cumulativas que se entrelaçam e se constituem enquanto um processo de produção de conhecimento para a ação.

3.1. Os primeiros passos (1985-1990)

Os primeiros passos que resultaram na definição da missão institucional do CAA/NM e de suas estratégias de ação, passaram pela formulação de uma crítica fundamentada ao modelo de desenvolvimento em curso na região e pela construção de instrumentos metodológicos para conhecer e compreender a lógica da produção camponesa, sua visão de mundo e suas interações com o entorno. Processo que levou ao estabelecimento de alguns marcos conceituais e princípios norteadores de suas ações e pelo primeiro exercício de construção de propostas tecnológicas, alternativas ao modelo criticado, baseadas em concepções da Agricultura Alternativa.

⁶ Apesar de tudo foram e estão sendo estes que, contraditoriamente, estão exigindo ou atualizando um novo olhar para o próprio sertão.

Foram buscados conhecimentos assentados nas ciências agrárias, através de pesquisadores e estudiosos críticos da Revolução Verde, e nas abordagens do materialismo histórico fortemente debatido no interior dos movimentos sociais, com compreensão dos conflitos sempre presentes e gerando alternativas e soluções.

Inicialmente buscou-se compreender a dinâmica do desenvolvimento regional e as formas de organização da produção camponesa a partir da realização de dois campos de estudos:

a) Os estudos “porteira a fora” que cuidaram de pesquisar e analisar as dinâmicas e os impactos da ação interventora do Estado na região, com objetivo de fundamentar e dar consistência a uma crítica ao modelo de desenvolvimento, bem como compreender melhor as relações, articulações e interações sociais constituídas no cerne dessa dinâmica. Os produtos desses estudos foram publicados e debatidos em encontros e seminários, tornando-se referências para o debate regional;

b) Os estudos “porteira a dentro” que cuidaram de realizar pesquisas sobre os sistemas de produção de alguns camponeses da região, buscando compreender a lógica produtiva dos agricultores, suas dinâmicas e interações, bem como fazer um resgate das práticas tradicionais acumuladas, visando uma maior aproximação com o saber camponês. Estes estudos orientaram as primeiras definições a cerca das estratégias metodológicas e dos eixos de ação junto às populações rurais e suas organizações.

No período, prevaleciam no cenário político duas correntes de concepções a cerca da vida e do homem rural. Por um lado, na lógica interventora do Estado, prevalecia uma concepção de desenvolvimento e exercício da cidadania dependente da capacidade individual de racionalização da produção e da vida econômica para acessar os benefícios da modernidade. Assim, o homem do campo é separado da sua cultura como elemento significativo, transformado em receptor da inovação, considerado apenas a partir da sua ocupação e desligado de aspectos políticos. Por outro lado, no interior dos movimentos sociais, herdadas dos conceitos clássicos do campesinato, permanecem concepções de auto-suficiência produtiva e ausência de inserção no mercado capitalista institucionalizado, valorizando outras práticas comerciais. Os indicativos de ações apontam para o resgate da autonomia produtiva e a criação de formas comerciais alternativas ao mercado capitalista, sem muita clareza das suas possibilidades concretas.

Neste emaranhado sutil de concepções e ideologias, permanece produzindo, sem crescer, um grande contingente de camponeses, sofrendo processos de expropriação que tem o poder de reduzi-los à situação de careciamento e passivos beneficiários de políticas públicas. Com seus saberes históricos desqualificados, ainda não acumularam conhecimento suficiente para compreender as novas tecnologias geradas e suas dinâmicas.

É assim que o CAA/NM, influenciado pelas concepções do movimento social e ainda com um conhecimento limitado sobre o processo desenvolvimentista em curso, toma caminhos de definições conceituais trilhados pelos próprios sujeitos sociais, que cuidam de mostrar os limites e ambigüidades dos esquemas formais, e determina uma base axiológica que irá nortear as suas ações:

Posicionamento ético ao lado dos agricultores e suas organizações: O CAA/NM deve apoiar e participar das suas lutas, compartilhando saberes e produzindo juntos novos conhecimentos, que devem ser apropriados e constituídos como instrumentos de ação, misturando-se e interagindo, modificando e sendo modificado pela realidade social.

Reconhecimento, afirmação e valorização do saber tradicional: O saber acumulado pelas populações deve ser recuperado, afirmado e valorizado, no sentido de reconhecimento da sua ciência e de transformação do seu patrimônio cultural em um instrumento efetivo de ação produtiva, no campo econômico e sócio-político.

Recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais: O CAA/NM deve ajustar-se às formas históricas da organização da produção camponesa, estimulando o uso de técnicas de baixo custo, adaptadas aos ecossistemas locais, que aproveitem as potencialidades naturais existentes, desonerando-os da aquisição de insumos externos. O princípio do uso racional dos recursos naturais, sua proteção e conservação deve, também, ser estimulado.

Concepção universalizante do saber técnico-científico: A ação do CAA/NM não pode estar restrita às questões da produção agrícola. Deve procurar compreender a articulação da esfera produtiva a outras dimensões da estrutura ambiental, sócio-política e cultural, negando a perspectiva da ação compartimentalizada, relacionando as populações e sua produção com o mundo. Deve assessorá-las na organização e estruturação de suas entidades representativas, compreendendo-os como agentes ativos de suas lutas e protagonistas dos processos de ação que possam impulsionar o desenvolvimento.

O campo deve ser entendido, não apenas como um lugar geográfico contraposto à povoação urbana, mas como um “lugar social”, dotado de dinâmicas próprias e específicas, que garantem a produção e reprodução de um modo de vida.

Inserção de alternativas técnico-metodológicas na dinâmica de organização da produção camponesa: O CAA/NM deve orientar a inserção de práticas agrícolas sustentáveis, do ponto de vista ambiental, econômico e sociocultural, tradicionalmente desenvolvidas pelos agricultores ou inovadoras, que não devem ser apresentadas como “pacotes tecnológicos”. As propostas técnico-metodológicas devem ser desenvolvidas em conjunto com os agricultores e suas organizações, a partir das experiências historicamente acumuladas, respeitando os ritmos e tempos do modo de produção e reprodução da vida camponesa, sem promover rupturas com a cultura local. Devem ser experimentadas e analisadas do ponto de vista da sua viabilidade, considerando as possibilidades de adaptação ecossistêmica, manutenção e ampliação da biodiversidade, potencialização da sociodiversidade e promoção da melhoria de qualidade da vida rural.

Pautado nestes conceitos e princípios, o CAA/NM desenvolveu, nesta primeira fase, estratégias e instrumentos metodológicos centrados principalmente na construção de uma crítica fundamentada ao modelo de desenvolvimento em curso e numa construção de propostas tecnológicas que tinha como eixos: conservação dos solos, adubação orgânica, controle alternativo de pragas e doenças. No campo sócio-político, o enfoque foi o apoio às lutas pela terra e assessoria ao movimento sindical nas lutas por acesso ao crédito rural.

Do ponto de vista pedagógico, embora ainda não existisse uma orientação sistematizada, a sua prática, desde o início de sua atuação, estava pautada no estímulo ao debate permanente, baseado no respeito à perspectiva do outro, através de estratégias pedagógicas de diálogo e aprendizado em meio aos agricultores.

A realidade social e natural deveria ser apreendida a partir de olhares distintos, produzindo diferentes interpretações que, uma vez agregadas, poderiam constituir-se num conhecimento mais aproximado desta realidade. O conhecimento científico deveria ser um aporte, uma ferramenta a mais para a explicação e compreensão dos fenômenos, jamais o único.

Neste sentido, o papel do técnico (pesquisador, assessor ou educador, como eram nomeados), antes de qualquer outro, deveria ser o de animador do debate e de colaborador na organização e sistematização do conhecimento existente.

Esta inspiração pedagógica assentava-se nas contribuições de Paulo Freire (Pedagogia do Oprimido, 1970) e de princípios da educação popular com o ressurgimento, nos anos 1980, de novas formas de educação informal, através de experiências geradas a partir da prática cotidiana de grupos sociais organizados:

Nos primeiros anos do CAA/NM a sua opção foi pragmática. Tratava-se de resgatar experiências tradicionais, experimentar e validar propostas tecnológicas que pudessem sinalizar para a criação de uma nova perspectiva de produção. Neste sentido, “manteve-se a coerência entre as suas propostas técnicas e o projeto de construção de um modelo alternativo de produção centrado na agricultura familiar. Procurou experimentar sistemas de produção mais adaptados e não apenas tecnologias alternativas, baseando o trabalho num diagnóstico da agricultura familiar da região e testando as propostas técnicas em meio aos agricultores” (Porto e Sabourin, Avaliação Externa do CAA/NM, 1996).

No campo processual, desenvolve-se uma ação ainda tímida de formação de lideranças comunitárias e sindicais, através da realização de cursos sobre Agricultura Alternativa. Neste contexto, as parcerias estabelecidas pela organização são endógenas e personalizadas. A referência territorial centrava-se na família e na propriedade. A dinâmica metodológica conjugava a realização de encontros comunitários, nos quais se resgatava e analisava-se a história das famílias e da comunidade, e debatia-se a proposta do trabalho a ser realizado; a escolha de uma propriedade para ser estudada e trabalhada no sentido da experimentação e demonstração da viabilidade do uso de práticas alternativas, e a definição de formas de acompanhamento do trabalho pelas outras famílias da comunidade.

Do ponto de vista da articulação regional e das políticas públicas, as iniciativas deste período estavam localizadas na estratégia de assessoria ao movimento sindical, com enfoque nas lutas pela terra e por acesso ao crédito.

Os desdobramentos das estratégias desenvolvidas nesse período apontaram uma série de demandas tecnológicas relacionadas às práticas produtivas dos agricultores. Dessa forma, no início da década de noventa, estas estratégias, ao mesmo tempo em que se revelavam insuficientes, reclamavam por uma reorientação de enfoques e uma revitalização de dinâmicas pedagógicas e metodológicas que incorporassem os desdobramentos dos resultados produzidos e as novas demandas geradas pelos atores sociais que passam para dentro da entidade como parceiros estratégicos.

3.2. A abordagem comunitária e as ações temáticas (1990-1995)

O enfoque do trabalho da organização, em seu primeiro e segundo ciclos de vida (1985-1995), articulava-se a partir do planejamento da ação com as famílias, nas propriedades e na comunidade, encerrado na fronteira comunitária. Acreditava-se que o sucesso das soluções se consolidava na escala das famílias e que as comunidades possuíam, em si mesmo, potencial de expansão e transbordamento para outras localidades.

Este enfoque ancorava-se e absorvia influência das teorias do Desenvolvimento Comunitário matizadas no Brasil a partir de contribuições que vinham dos movimentos sociais, que trouxeram elementos de compreensão dos processos de constituição da cognição humana e da construção dialética do conhecimento: “o fazer estrutura o saber e o saber estrutura o fazer; saber e fazer: uma práxis com fins de empoderamento das comunidades para sua atuação política; o saber estrutura o poder” (Freire, 1970).

Noutro flanco, por ares que sopravam a partir da influência do pensamento de Fals Borda (desde o final da década de 1960), que veio a somar-se com a contribuição da pedagogia de Paulo Freire (a partir da década de 1970), além de inúmeros outros expoentes, há uma revisão do marco conceitual positivista e funcionalista prevalecente, e incorporação de conceitos baseados nos princípios gerais da educação popular. Emerge daí a proposição de metodologias da pesquisa-participante e da pesquisa-ação.

Esta abordagem veio a embalar um grande número de experiências de trabalho popular no Brasil, a partir dos anos 80. Tal abordagem foi mais claramente conceituada como “Metodologia do Trabalho Comunitário e Social” tida como um procedimento técnico-metodológico de ação dirigido sempre aos segmentos majoritários da população, requisitado tanto pelos movimentos sociais, quanto pela política social do Estado. A partir destas contribuições, inúmeros aportes vieram a se somar no campo dos movimentos sociais, dando origem a uma fecunda produção de métodos, técnicas e dinâmicas de grupos, formulada por agentes intelectuais e assessores dos movimentos. A aplicação e irradiação destes instrumentos desenvolveram-se a partir de lideranças da população organizada e das organizações de apoio e assessoria.

Além deste conjunto de conhecimentos que foram sendo articulados na definição de marcos conceituais que orientassem a sua prática, buscou-se também assentá-la na ciência agroecológica cujas abordagens e princípios fornecem uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda da natureza dos agroecossistemas e seu funcionamento, bem como dos sistemas de conhecimento de grupos étnicos locais. Conforme Chambers (1983), a agroecologia fornece as ferramentas metodológicas necessárias para que a participação sócio-política das comunidades de agricultores venha a se tornar força geradora dos objetivos e atividades dos projetos de desenvolvimento e para que os agricultores se tornem os protagonistas do seu próprio desenvolvimento.

Diante destas contribuições, a perspectiva de reorientação das ações do CAA/NM foi colocada em debate, fazendo uma revisitação ao conceito de agricultura alternativa e incorporação do conceito de agroecologia, onde a noção de co-evolução colocou em cena um novo olhar à agricultura da região. Assentado nos conceitos e princípios desenvolvidos até então, nesta segunda fase o CAA/NM incorporou demandas de aprofundamento e construção de propostas técnico-metodológicas no campo da conservação de solos, dos recursos genéticos, dos recursos hídricos, da horticultura, da criação animal, sistemas agrosilvipastoris, e da formação técnica e política dos agricultores e suas organizações. Além disso, surgiram demandas para eventos formativos, mais relacionados com as restrições e possibilidades econômicas dos sistemas produtivos da agricultura familiar, como a tecnologia de ferro-cimento para fabricação de caixas para armazenamento de água, beneficiamento e comercialização.

Estas demandas constituíram-se em ações temáticas organizadas em dois programas de trabalho: o Programa de Desenvolvimento de Sistemas Agroecológicos de Produção e o Programa de

Formação e Assessoria. Foram adotadas, adaptadas e desenvolvidas metodologias para formação, experimentação, avaliação e difusão das experiências, a partir de acompanhamento aos grupos de agricultores e a agricultores em formação, através de reuniões, visitas, observações de campo, intercâmbios de experiências, realização de mini-cursos, encontros, seminários temáticos e diagnósticos comunitários, utilizando o método do DRP – Diagnóstico Rápido Participativo; de experiências demonstrativas nas propriedades dos agricultores; e da instalação de uma área visando o desenvolvimento tecnológico (AEFA), que pudesse qualificar e atestar a viabilidade destas propostas. Mas a referência territorial continuava sendo a família, a propriedade e a comunidade.

No campo processual, o fluxo das ações desenvolvidas e seus desdobramentos geraram uma demanda crescente de acompanhamento, que orientou para a formulação de um programa de formação de agricultores monitores, especialmente de jovens, que pudessem contribuir no acompanhamento e orientação ao trabalho desenvolvido em suas propriedades e comunidades.

Nesse período, a execução de programas de trabalho pautada na implantação de propostas práticas relacionadas aos temas priorizados, colocou em cena importantes questões no debate em torno dos métodos e estratégias articuladas pelo CAA/NM. Por um lado, a opção pragmática contribuiu para um importante acúmulo de propostas tecnológicas e metodológicas. Além disso, possibilitou a ampliação de articulações com organizações de base e outras parcerias (organizações ambientalistas, universidades), importantes elos de sustentação das condições para a realização do trabalho. Iniciativas de ações em rede começaram a ser delineadas, estabelecendo diálogos e intercâmbios, através da Rede PTA de Tecnologias Alternativas, Rede de Intercâmbio de Sementes e Rede Cerrado.

Por outro lado, algumas contradições se apresentaram: as ações temáticas fragmentadas promoveram uma perda da visão totalizante dos sistemas de produção, construídas pelos estudos “porteira a dentro” e os resultados tenderam a ficar circunscritos aos grupos e comunidades diretamente envolvidos, notando-se poucos efeitos de transbordamento espontâneo ao redor. Dessa forma, as experiências realizadas e as propostas construídas não davam conta de influenciar o contexto sócio-econômico e político mais amplo, no sentido de ganharem visibilidade e traduzir-se em proposições de políticas públicas.

A organização da ação a partir de crescentes demandas oriundas dos parceiros locais (principalmente STRs e Associações Comunitárias) provoca uma dispersão das ações e uma enorme lacuna na sistematização das experiências desenvolvidas, sinalizando para uma necessidade de priorização. A sistematização das experiências é afirmada como condição para facilitar o diálogo e o debate interinstitucional, promover avaliações mais objetivas dos resultados e multiplicar o potencial de irradiação das propostas já validadas e em validação.

Assim, nos meados da década de 90, o CAA/NM convivia com os desafios de consolidar a sua identidade pública e buscar uma maior politização de sua articulação, no sentido de contribuir de forma mais sistemática para a proposição de políticas públicas para o desenvolvimento regional.

3.3. Da abordagem comunitária para o Desenvolvimento Local (1996-2002)

Durante a década de 1990, a abordagem do Desenvolvimento Comunitário vai aos poucos manifestando sinais de insuficiência. A partir da regulamentação da constituição de 1988, inicia-se o processo de descentralização política e municipalização no Brasil, trazendo em seu bojo as preocupações com o local, e com elas as teorias do Desenvolvimento Local. Conforme aponta D’Angelis (2005), este processo de descentralização trouxe os governos e os espaços locais de volta para o debate de políticas e preocupações. Neste contexto, surgem com muita força os conceitos e debates em torno do desenvolvimento local, que se apresentavam como oportunidades de ampliação da participação da sociedade civil na reorientação de políticas públicas atraindo uma variadíssima gama de atores: as Centrais Sindicais, Confederação e Federações de Trabalhadores; uma gama enorme de Ongs, historicamente ligadas às temáticas regionais ou nacionais, tanto no campo ambiental como do desenvolvimento; agências de crédito agrícola; dentre outros.

No âmbito internacional, a partir dos acordos estabelecidos na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro em 1992, surge o ICLEI (Internacional Council for Local Environmental Initiatives) como um tipo de coordenadoria motivadora da implantação da “agenda 21 local” em cidades de todo mundo, contendo um conjunto de intenções de políticas locais para o desenvolvimento sustentável. Ou seja, movendo-se para o local um conjunto muito variado de atores sociais, com variadas motivações de fundo, e, como não poderia deixar de ser,

emerge daí um conjunto muitíssimo variado de perspectivas, abordagens e estratégias⁷ (Dangelis, 2005).

No CAA/NM, tais debates em torno do Desenvolvimento Local vão tomando corpo a partir de 1995, num período de intensos processos em ebulição, provocado por diversos fatores que se conjugam, entre eles uma avaliação externa. Esta, ao fazer uma atualização dos cenários externo e institucional da entidade, revitaliza o debate sobre o desenvolvimento regional e o papel do CAA/NM, sinalizando para a importância de acrescentar ao conhecimento agroecológico a contribuição da Economia, da Geografia e da Antropologia.

Com a Economia, a preocupação com a organização da produção e sua inserção nos mercados é um tema que ganha relevo e inicia-se o Programa de Beneficiamento e Comercialização. Com a contribuição da Geografia e da Antropologia propõe-se uma revisitação da história da ocupação regional e das comunidades onde o CAA/NM atuava. O entendimento da lógica e da organização dos agroecossistemas se enriquece a partir da contribuição da etnoecologia, que amplia a compreensão das especificidades dos agricultores familiares enquanto um povo, sinalizando então para os limites do conceito de agricultura familiar que não se mostra suficiente para dar conta da diversidade cultural dos agroecossistemas regionais.

São também nesse período que a abordagem da perspectiva de gênero se materializa nos debates internos e com os parceiros, a ser incorporada ao processo de gestão da entidade e aos seus programas de trabalho. A agricultura Familiar enquanto categoria sócio-econômica privilegiou ou limitou a análise das desigualdades sociais ao conceito de classe, interrelacionando-o aos demais conceitos como gênero, geração, raça, etnia, de forma genérica e superficial. A agroecologia na medida em que faz uma abordagem sistêmica das unidades produtivas, privilegiou uma visão de complementaridade nas relações entre homens e mulheres, jovens e crianças, em detrimento das relações de desigualdade e subordinação. Portanto, necessária se fez a ampliação da base conceitual e da compreensão dos instrumentos adequados à qualificação de propostas de ações afirmativas para a promoção da equidade destas relações.

É com esta ordem de preocupações que o CAA/NM se move para o Local. As ações são organizadas no Programa de Desenvolvimento Local com o objetivo de “construir e consolidar propostas técnicas e metodológicas com potenciais de irradiação para a agricultura familiar e de influência nas políticas públicas locais, pautadas nos princípios do desenvolvimento sustentável e em parceria com as organizações dos trabalhadores rurais”.

O Programa é desenvolvido em duas microrregiões - Varzelândia e Porteirinha – articulando estratégias de ação pautadas em planejamentos locais, com enfoque territorial assentado nos municípios e microrregiões. Buscaram-se métodos que funcionassem como uma baliza e, não, um receituário de certezas e verdades; que permitissem uma aproximação sucessiva da realidade a ser estudada, com o envolvimento dos atores que constroem essa realidade e, portanto, devem participar de sua análise, apontar as transformações desejadas e conduzir os processos de ação.

Partindo destes pressupostos, e considerando as limitações existentes em cada método, optou-se por construir uma orientação metodológica conjugando os potenciais existentes em métodos diversos e distintos, buscando articular técnicas e recursos didáticos diversificados, constituindo-se como um instrumento para a realização de pesquisas, estudos e diagnósticos participativos.

Nos caminhos desta construção metodológica, o CAA/NM foi experimentado metodologias para formação, acompanhamento e realização de diagnósticos temáticos, comunitários, municipais, intermunicipais. Tais estudos e as ações desenvolvidas a posteriori incorporaram agricultores e agricultoras nas equipes de pesquisa, análise, formulação de propostas e acompanhamento sócio-técnico, além de outros parceiros institucionais.

O acompanhamento e assessoria aos grupos, particularmente no vale do rio Mosquito (Porteirinha), contribuiu para afinar uma estratégia mais ousada visando superar a perspectiva apenas voluntarista da atuação dos agricultores e agricultoras como “monitores”. Contribuiu também para incorporar de forma objetiva a participação das mulheres na execução e gestão das atividades. Assim, foram feitos investimentos em formação, através de programas de formação a nível local em Agroecologia e Políticas Públicas, além da incorporação de processos de PMA pelos parceiros locais.

⁷ Hoje, a maioria delas envolvidas em um “manto de mesma cor”, denominado desenvolvimento local sustentável.

Outros investimentos foram direcionados para a potencialização da relação Agricultor & Agricultor, buscando avançar na compreensão das possibilidades e dos desafios de acompanhamento sócio-técnico às comunidades, ações e projetos em desenvolvimento.

Esta ação com abordagem local trouxe importantes acúmulos técnico-metodológicos para o CAA/NM, bem como evidenciou algumas contradições e desafios a serem superados, tais como:

- Critérios mais objetivos para definição das ações locais, monitoramento e avaliação.
- Relações mais institucionalizadas e compromissos bilaterais pactuados com as organizações de base municipal.
- Maior articulação com o meio técnico-científico e instituições governamentais.
- Afirmação da identidade do CAA/NM como entidade de agricultores, com maior participação dos mesmos na gestão interna e nos programas de trabalho.
- Criação do Fórum Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável, como espaço de discussão e proposição de políticas para o desenvolvimento regional.
- Grande número de experiências e propostas geradas e colocadas em debate nos espaços políticos, porém reclamando respostas de retorno econômico para os agricultores, sinalizando para os desafios de construção de estratégias para inserção nos mercados.
- Alta produção de conhecimentos teóricos e técnico-metodológicos, porém baixa sistematização dos processos.
- Maior articulação entre o viés pragmático e processual, porém ainda com necessidade de promover maior interação temática na ação junto aos sistemas produtivos, sedimentando propostas para o desenvolvimento local.
- Ampliação da área de atuação e do conjunto de atividades, sinalizando para uma descentralização e reorganização dos espaços e mecanismo de gestão institucional.

No entanto, algumas ações nos alertaram a necessidade de romper com o entendimento do local visto com seus limites políticos ou geográficos. Os diagnósticos de sub-bacia⁸ (Riachão e Mosquito), desenvolvidos pelo CAA/NM no final dos anos 1990, em meio a um intenso processo de mobilização das comunidades na construção de planos de desenvolvimento, servem para desvendar a rede de relações que as famílias de agricultores e agricultoras estabelecem em suas estratégias de reprodução social, não se conformando apenas nos limites políticos dos municípios ou das sub bacias hidrográficas. Além destes estudos e diagnósticos, a realização do PDA no Assentamento Califórnia, o processo de mobilização das comunidades impactadas pela monocultura do Eucalipto no Alto Rio Pardo de Minas, a incorporação do tema Beneficiamento e Comercialização que levaram a constituição da Empresa Social Grande Sertão, são exemplos que podem ser citados, no meio de outros, como fundadores de uma perspectiva diferenciada onde são colocados em cena dois aspectos que passam a nortear os programas de trabalho do CAA/NM: a gestão de territórios e a sua inscrição em redes sócio-técnicas.

Os diferentes enfoques de desenvolvimento local para além das perspectivas instrumentais e metodológicas foram sistematizados por D'Angelis (2005) procurando situar os dilemas da abordagem local, a saber: a perspectiva funcional, a político-administrativa, a ambientalista e a perspectiva de gestão de territórios. Estes diferentes enfoques articulam diferentes estratégias que sedimentaram uma efervescência de ações locais que, se por um lado, possibilitam avançar na institucionalização de parcerias e colaborações, por outro evidenciam a fragilidade dos esforços de articulação de políticas locais, em função da setorialização e descontinuidade das ações do setor governamental e das dificuldades para o fortalecimento da articulação social. Veja o quadro abaixo:

Enfoque	DIMENSÕES				
	Participação Social	Equidade	Cultura local	Políticas ambientais	Relação c/ Mercados
Funcional	Para legitimar políticas	Investimento em setores dinâmicos, capazes de reagir aos incentivos; os	Se constitui em um impedimento para o desenvolvimento; tem que ser modernizada;	Entrave para o desenvolvimento ,afasta investidores.	Prioridade para atrair investidores externos.

⁸ Diagnósticos das sub-bacias do rio Riachão e do rio Mosquito foram elaborados a partir de dois projetos que tiveram a contribuição do PROÁGUA/IGAM e do IAF.

		setores mais pobres têm que se beneficiar de políticas sociais compensatórias	cultura com significado de folclore.		
Político Administrativa	Democratização das decisões	Uma prioridade, distribuição de renda.	Valorização da cultura folclórica.	Políticas ambientais desconectadas das demais políticas setoriais.	Ênfase no potencial do mercado interno.
Ambientalistas	Não é uma dimensão fundamental	Ênfase em equidade inter específica. Despreocupação com o distributivo.	Constitui um impedimento para a preservação ambiental.	Políticas preservacionistas : proteção às espécies em extinção, constituição de parques, etc.	Preocupação com selos verdes, incentivos ao “consumismo verde”.
Gestão de territórios	Participação para empoderar, democratizar e legitimar.	Equidade social, de gênero e geração.	Uma oportunidade, um elemento central para o sentido de pertencimento ao local, e vínculo territorial. Cultura como resultado da Coevolução: Sociedade – Ecossistemas, gerando diferentes “racionalidades”.	Articuladas a todas as políticas setoriais.	Fortalecimento dos mercados locais, através de políticas multisetoriais. Dialogar com os mercados globais através das especificidades culturais e produtivas.

Enfoques do Desenvolvimento Local /Fonte: d'Angelis (2005)

Além deste conjunto de desafios, por volta do ano 2002, as estratégias do Desenvolvimento Local já dão sinais visíveis da sua insuficiência, suas limitações e ambigüidades, concretizando alguns dos riscos do seu discurso presentes na análise de Fisher (2002): “desgaste conceitual, metodológico e consensos vazios; descontinuidade política; dificuldades de articulação dos agentes do desenvolvimento e construção externa das estratégias locais; superposição de programas e projetos de diferentes instituições; e estruturas de interesses para a promoção do Desenvolvimento Local que criam dependência nas comunidades apoiadas, dentre outros”.

Outro autor que nos alertou para o risco da abordagem localista foi Santos, observando que a história do lugar como resistência das camadas sociais subalternas não pode ser vista isolada, descontextualizada:

Cada lugar é, a sua maneira, o mundo (...) todos os lugares são virtualmente mundiais (...) Para apreender essa nova realidade do lugar, não basta adotar um tratamento localista, já que o mundo se encontra em toda parte. (...) A história concreta do nosso tempo repõe a questão do lugar numa posição central. (...) Impõe-se, ao mesmo tempo, a necessidade de revisitando o lugar no mundo atual, encontrar os seus novos significados”. (SANTOS, 2002 apud CAA/NM, 2005).

3.4 A abordagem territorial e as redes sócio-técnicas

No CAA/NM, é a partir de 2002 que a abordagem do Desenvolvimento Local dá lugar à Gestão de Territórios, formulando concepções de território e territorialidades a partir das percepções e evidências extraídas da reflexão sobre a vivência acumulada junto às populações sertanejas e à luz de teorias antropológicas e sociológicas.

Na visão em construção pelo CAA/NM, os grupamentos humanos - agricultores e comunidades - estão inscritos em paisagens rurais, cujos circuitos de interação, conversação, intercâmbios e preocupações configuram identidades e dinâmicas territoriais. Elementos simbólicos e materiais em movimentação entre diferentes localidades vão conferir identidade territorial. Assim, o território é compreendido pelo CAA/NM como uma unidade sócio-espacial, sobre a qual existe uma identidade social, circuitos econômicos, vínculos e circuitos privilegiados de conversação e diálogo

entre famílias, comunidades e localidades (...). A noção de território, nesta concepção, não implica em redes de diálogo e interação encerradas numa fronteira espacialmente definida, já que os acontecimentos ambientais, econômicos, políticos e culturais, dentro do território, podem ser consequência de decisões e dinâmicas emanadas de outras regiões ou por corporações operam em escala planetária. O que acontece nos territórios locais, cada vez mais se articula com acontecimentos que operam em órbitas mais abrangentes e que tensionam as comunidades, muitas vezes gerando contradições e conflitos.

Entende-se que toda qualificação do espaço seja física, econômica, sócio-política ou cultural, é definidora de território e a ocupação do mesmo constitui um processo de territorialização. Qualquer área territorial passa ao longo da história por diversos processos de territorialização, cada um com características diferenciadas, sendo que o conjunto desses processos informa sua territorialidade. Portanto, territórios devem ser compreendidos como espaços físicos concretos, mas também dinâmicos e em permanente construção social.

Com esta compreensão, o CAA/NM atualiza suas estratégias junto às populações sertanejas, afirmando uma concepção de que as agriculturas, os agricultores, as agricultoras e o mundo rural não podem ser mais vistos como segmentos isolados, desvinculados do conjunto da sociedade e, ao mesmo tempo, despertencida de uma base territorial e ambiental. Com o Programa de Gestão Territorial e Direitos Humanos⁹ busca construir estas ligações: a ação local tem que estar finamente articulada aos acontecimentos que são forjados nas lutas que se movem em órbitas mais abrangentes da sociedade. As ações locais, concretas e propositivas, assentam-se sobre micro-redes de natureza informal, em movimento, transitórias e abertas a conexões com redes mais abrangentes. A ação local deve ser encorajada e sustentada pela mobilização de sinergias entre sujeitos sociais.

Dessa forma, as ações em torno da luta pela terra em comunidades sertanejas tradicionais (gurutubanas, geraizeiras) ganham o enfoque da luta por direito aos territórios ancestrais; as ações em defesa dos cerrados vêm ganhando formas de lutas pelo direito do uso sustentado da biodiversidade funcional; as ações em torno do acesso a água, do acesso a territórios, da garantia de segurança alimentar e nutricional, ganham tonalidades de luta por direitos humanos universais.

O conjunto de ações busca a interação em rede com diversas redes¹⁰ e movimentos sociais, provocando diálogos com os poderes públicos na perspectiva de reverter os níveis de relações desiguais entre lugares, blocos econômicos, estados, regiões e municípios. Dando ares para as possibilidades de alianças entre setores da sociedade na constituição de um outro tecido social e econômico, ou mesmo constituição de novos pactos e arranjos institucionais para além do preconizado pelo pacto federativo. Numa direção que permita valorizar o espaço e a territorialidade rural, seus recursos genéticos, conhecimentos e cultura numa perspectiva valorativa (D'Angelis, 2005).

Nas territorialidades onde o CAA/NM inscreve suas atividades se percebe a existência de espaços de produção, diálogo, interlocução e intensa interação de grupos sociais que são conhecidos genericamente como agricultores familiares. Que, provocados em seus locais de origem, em suas estratégias produtivas tradicionais, expandem seus territórios nas oportunidades que são oferecidas ou descobertas, Tateando os espaços da sociedade sertaneja multifacetada. Reatam outros laços, em outros espaços, constituindo-se enquanto sociedade e território que não se visibiliza a um primeiro olhar, mas que garante a possibilidade de sobrevivência e de reprodução social. Redes sociais nem sempre visíveis sustentam o movimento nestas territorialidades (Dayrell, 2004).

O CAA/NM leva em conta, na presente atualidade, que a gestão territorial constitui também a construção social de redes de articulação, com os atores locais, comunidades de agricultores e agricultoras e suas organizações sociais - redes sócio-técnicas - inserindo-as em dinâmicas territoriais que se constituem como fluxos que colocam em cena populações tradicionais até então invisíveis frente à sociedade regional e nacional.

Neste sentido, o momento atual do CAA/NM é complexo e instigante. Compreender as populações rurais, suas estratégias produtivas e de reprodução social, como conseguem subsistir e se moverem em meio à avalanche das novidades e cerceamentos impostos pela modernidade, às rápidas mudanças que operam na performance da sociedade industrial e agroindustrial de nosso tempo, é um

⁹ Programa que passa a ocupar o lugar do Programa de Desenvolvimento Local.

¹⁰ Rede Cerrado, Articulação Agroextrativismo, Articulação Pacari, ASA, RESAB, Via Campesina, Rede Alerta Contra o Deserto Verde, ANA, AMA, etc.

desafio. Particularmente para os que se propõem a estar ao lado, buscar juntos respostas e soluções.

O conhecimento agroecológico em construção parte de algumas premissas como, por exemplo, a de que não se compartimentaliza as ações da pesquisa, do ensino e da extensão. Outras contribuições podem ser acrescentadas como a de Latour, de que não se admite mais um modelo de pensamento que separe natureza de culturas, ciência e cultura, política e ciência, assim como o meio cultural e tecnológico já não se apresentam como configurações isoladas e compartimentalizadas, porém com seus componentes amalgamados (Cavalcanti, 2002).

É preciso considerar, ainda, que embora continue atual o pensamento de Vigotsky de que não basta o acesso a informações, uma vez que o processo ensino-aprendizagem é entendido como um processo interativo, mediado na relação de um sujeito com outro¹¹, o pensamento de Lévy nos alerta que hoje seria uma ingenuidade acreditar que os processos de produção do conhecimento continuarão a ser os mesmos que se estabilizaram antes do surgimento dessas tecnologias (Lévy, 1995 apud Aravena-Reyes, 2001). Se anteriormente as relações que se estabeleciam eram entre indivíduos reais, hoje temos uma série de inter-relações mediadas por indivíduos também virtuais, por máquinas ou não humanos. Assim, “no universo homens-coisas” de Lévy, não existe separação entre objeto e sujeito, entre indivíduos e sociedade ou entre técnica e ciência: “Tudo é parte de uma rede em constante metamorfose, a qual possui uma identidade coletiva heterogênea ao envolver atores humanos e não-humanos”. (ibidem, 2001).

Neste sentido, a busca da compreensão acerca da formação das redes sócio-técnicas e sua organização, se apresenta como uma possibilidade de rompimento da visão compartimentalizada entre pesquisa, política e administração pública”(Teixeira, 1998). Buscando a contribuição de Chalita (2005), que analisa a trajetória da noção de desenvolvimento sob o aspecto da relação sociedade-natureza, este autor reafirma a importância de se investigar a forma como as redes sócio-técnicas têm se sobreposto como referências culturais de validação de estratégias de desenvolvimento. Analisando do ponto de vista da perspectiva do sentido de viabilidade histórica ao se colocarem em disputa no campo científico dois modelos que se instituem como paradigmáticos na relação sociedade natureza - a agroecologia e a alta tecnologia - este autor coloca que os processos de inovação científica e geração tecnológica, a partir do saber local e do saber científico, podem revelar dificuldades de legitimação social se não estiverem compartilhando redes sócio-técnicas compostas de agentes em posições diversificadas, necessárias para uma ampla legitimação social

Trazendo esta discussão para o debate que se trava hoje em torno da agricultura, dos projetos societários em disputa, entre eles o da agroecologia, Sabourin (2000) é um dos autores que vem colocando a importância do fortalecimento das redes econômicas, sociais e técnicas inseridas em relações territoriais como fundamentais para a permanência e o desenvolvimento da agricultura familiar. Este autor define como redes sócio-técnicas “estruturas desenhadas pelas relações interpessoais múltiplas que reúnem atores individuais e institucionais ao nível regional ou local, em torno de objetos e de objetivos comuns”. Ele reconhece, no entanto que estas não são sempre tão visíveis ou palpáveis, necessitando muitas vezes de um esforço específico para identificá-las, embora se constituam como potentes exemplos de práticas institucionais catalisadoras que “podem viabilizar a reprodutibilidade da agricultura familiar”.

Percebemos que o movimento em torno da agroecologia, para sair da condição de “gueto”, precisa articular suas ações de forma mais ousada, buscando processos de validação ambiental, social e econômica, imiscuindo-se junto a vários segmentos sociais, dentro e fora da agricultura, inseridos em articulações ambientais locais com os globais, uma vez que os cenários de interpretação do desenvolvimento rural são indeterminados e encontram-se sob constante disputa política. Vivemos um tempo em que não adianta apenas ficarmos denunciando os riscos do modelo da alta tecnologia, pois vivemos em uma sociedade de riscos¹², onde os processos de decisão são colocados sem a disponibilização de todos os dados necessários para a racionalização daqueles processos. Assim, “o sentido de causa e efeito dos impactos ambientais é desestruturado e desestabilizado, joga o conflito para o campo da política, do jogo democrático em torno do questionamento da ciência e das estratégias de desenvolvimento” (Chalita, 2005).

Frente a estes desafios, o CAA/NM vem buscando aprofundar uma compreensão sobre o

¹¹ Tradicionalmente concebido na relação professor – aluno.

¹² Onde “o risco seria o traço intrínseco da sociedade contemporânea” (Beck, 1992, citado por Chalita, 2005).

fenômeno das redes sociais e seu funcionamento, no sentido de localizar estratégias mais adequadas para a ação nesta perspectiva. Ora, é fato que os caminhos de construção do conhecimento agroecológico e sua aplicação seguem esta trilha. Se considerarmos a afirmação de Vivianne Amaral (2002) de que “as instâncias do movimento ecológico, organização e fóruns, são ainda estruturas piramidais com base estendida, fortemente marcadas pelas relações tradicionais de poder”, temos aqui enormes desafios a serem superados se quisermos avançar nas estratégias de ação em redes.

4.0 DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO: Análise da Assessoria à Cooperativa Grande Sertão

É sob o efeito destas considerações, da trajetória do CAA que chega ao presente momento delineando sua estratégia de acompanhamento em redes sócio-técnicas, que vamos analisar o recorte da experiência do CAA/NM – a assessoria à Cooperativa Grande Sertão. Vamos buscar compreender a estratégia metodológica de acompanhamento sócio-técnico centrado na relação “Agricultor & Agricultor”, via grupos de agricultores inseridos em redes e em distintas dinâmicas territoriais, analisando suas possibilidades de contribuição para a produção e afirmação do conhecimento agroecológico, com vistas ao fortalecimento da agricultura sertaneja; seus limites e as necessidades de aporte técnico-metodológico, econômico e financeiro, para a potencialização de suas ações.

Vamos verificar em que medida a assessoria à Cooperativa Grande Sertão vem construindo referências técnico-metodológicas para uma política pública de Assistência Técnica e Extensão Rural, assentada em princípios agroecológicos. Vamos analisar esta iniciativa considerando as seguintes variáveis: qual a contribuição com o processo de articulação dos agricultores e agricultoras em microredes sócio-técnicas em diálogo com redes de articulação social mais amplas; se ações no campo da pesquisa e desenvolvimento, com enfoque agroecológicas estão sendo implementadas e se constituindo como referências para o reconhecimento da agricultura sertaneja como elemento fundador de um projeto de desenvolvimento rural diferenciado na região; e, finalmente se as estratégias metodológicas utilizadas estimulam a iniciativa autônoma e solidária de grupos de agricultores e agricultoras. Vamos verificar também que ações e processos em andamento têm interfaces com a proposição de políticas que sinalizam a constituição de um projeto diferenciado para a região, tendo como base a agricultura sertaneja.

4.1. A Cooperativa Grande Sertão: história, formas de gestão e desafios

O processo de organização em torno do beneficiamento e comercialização da produção agroecológica veio se desenvolvendo desde 1994, quando o CAA/NM passa a incorporar em suas estratégias de ação demandas muito concreta dos agricultores por respostas econômicas e financeiras aos resultados obtidos pelos seus sistemas de produção. Através de um convênio entre o CAA/NM e o Programa Pequeno Projeto (PPP)/Global Environmental Facility (GEF)/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), iniciou-se a implantação de uma unidade de processamento de polpas de frutas (1996/97), juntamente com a organização dos grupos de agricultores agroextrativistas, pesquisas de mercado e testes de comercialização com as primeiras polpas produzidas.

Inicialmente com um grupo pequeno de agricultores à frente e, hoje, com a constituição formalizada enquanto uma cooperativa¹³ envolve diretamente 45 cooperados na gestão e na organização do trabalho de base junto aos núcleos de produção, em um total de 21 municípios em 148 comunidades e 1556 famílias¹⁴. Desta forma os 45 cooperados, que também pertencem a essas comunidades e municípios, são responsáveis pela mobilização e coordenação das atividades locais estabelecendo o elo entre o núcleo de produção e núcleo gestor. Por sua vez, o núcleo de produção é formado por agricultoras e agricultores, jovens e idosos, que se organizam para garantir os processos junto a Grande Sertão e contam nos municípios com o apoio dos STR e entidades parceiras.

Segundo os seus diretores, a perspectiva da Grande Sertão é, progressivamente, continuar avançando na estruturação da produção agroecológica, bem como na gestão institucional, garantindo assim um processo consistente de construção de capital social e envolvimento de novos associados.

¹³ Ocorrida em junho de 2003.

¹⁴ Fonte: Base de Dados da Cooperativa Grande Sertão – março de 2006

Eles entendem que não só os atuais cooperados, mas também o conjunto de agricultores e agricultoras organizados nos núcleos de produção se constituem como parceiros e beneficiários da Grande Sertão.

Segundo o estatuto da Cooperativa, a sua missão é a de “congregar agricultores familiares e extrativistas para beneficiar e comercializar os seus produtos associados, quer in natura, quer artesanal, disponibilizando insumos, bens de produção e produtos de primeira necessidade aos associados, visando promover o desenvolvimento social e econômico sustentável, para melhorar sua qualidade de vida, com formação, qualificação e assessoria técnica específica, levando-se em conta a preservação do meio ambiente buscando alternativas econômicas dentro dos princípios agroecológicos”.

Os agricultores e agricultoras que compõem o quadro de cooperados da Grande Sertão são extrativistas e muitos deles são tidos como lideranças com representação local e regional reconhecida, desempenhando um importante papel de articulação e mobilização social. Analisando as inserções sociais vimos que a maioria deles, além de sócios do CAA/NM, interagem com diversas outras organizações sociais no âmbito local, regional, nacional e mesmo internacionais.

Embora com uma estrutura formal de gestão verticalizada, a cooperativa desenhou uma estrutura de gestão organizando os grupos de agricultores e de sócios em quatro núcleos considerando as dinâmicas territoriais e identitárias e também as logísticas. Em cada região um grupo de lideranças e mobilizadores são responsáveis pela sensibilização, mobilização e pelo fluxo de informação entre a direção e os agricultores e agricultoras.

Os núcleos territoriais têm a função de discutir as questões específicas, amadurecê-las e apresentá-las ao Conselho de Administração ou na Assembleia Anual. Periodicamente estes agricultores e agricultoras se reúnem em um fórum específico - Fórum de Agricultores - para socializar informações e subsidiar o processo de tomada de decisões da cooperativa, um arranjo institucional “que funciona com um órgão social de aconselhamento aos gestores da cooperativa”¹⁵, conforme mostra a figura a seguir:

¹⁵ Informações colhidas em reunião com diretores e mobilizadores da Cooperativa – e que consta no Projeto HECKS, 2005.

Modelo de organização do quadro social da Cooperativa Grande Sertão

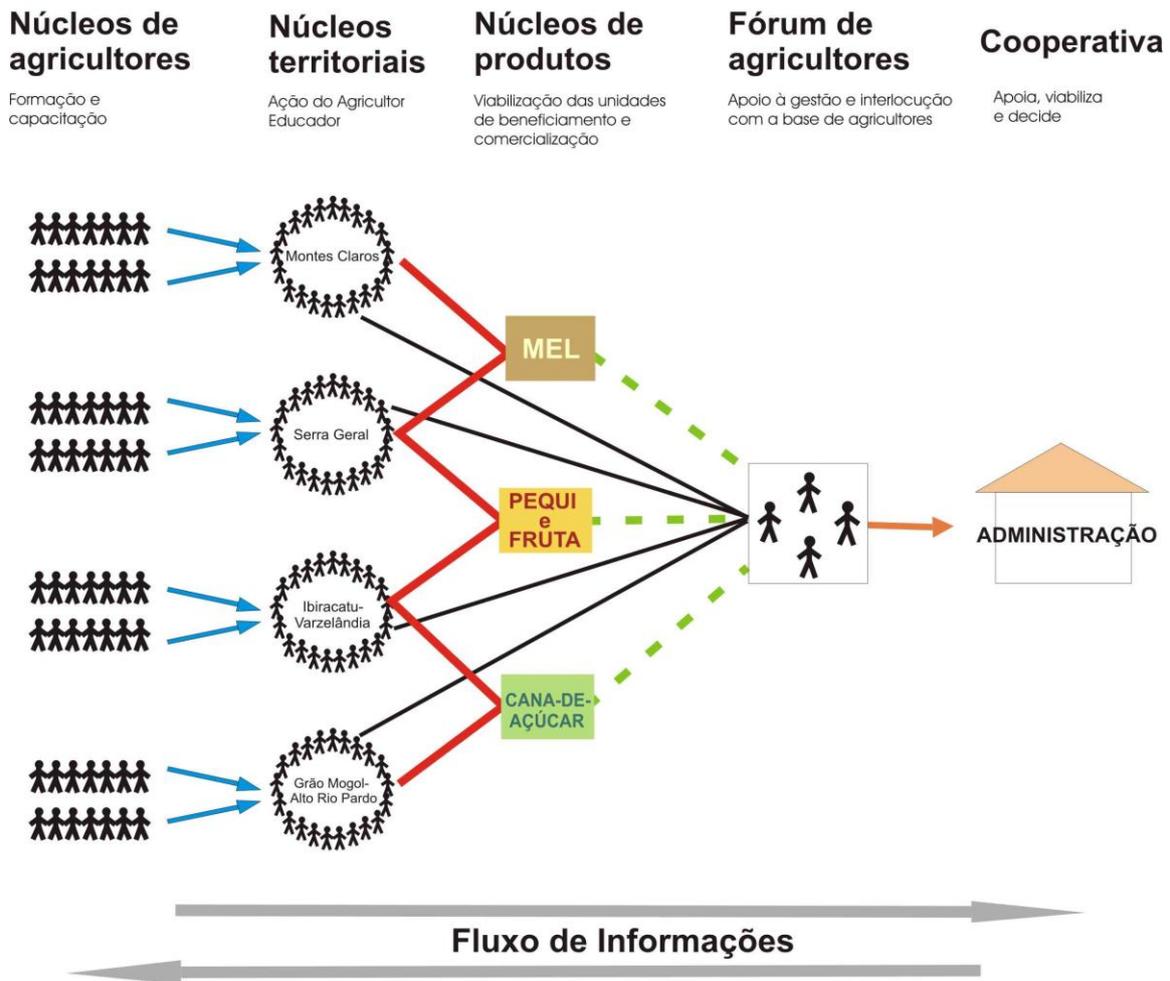


FIGURA 4— Modelo de organização do quadro social da Cooperativa Grande Sertão

Fonte: Base de dados Cooperativa Grande Sertão

A estratégia mercadológica da Cooperativa, em seu processo de constituição, optou por uma forma de atuação centralizada em um primeiro momento, elegendo a produção extrativista de frutos dos cerrados e da Caatinga e dos quintais. Esta foi uma estratégia para se inserir nos mercados local e regional e também com a perspectiva de desenvolver um know-how na articulação de arranjo produtivo em cima das potencialidades locais. Em seguida avançou para a descentralização do beneficiamento e o fortalecimento das iniciativas locais de inserção no mercado:

A CGS veio para poder resolver um problema da região que é beneficiar e comercializar a produção. Um sonho uma vontade e também um projeto sonhado há muito tempo do sindicato e associações. Ela veio no sentido de comercializar e principalmente aproveitar o potencial que a região já tinha, plantas nativas e também as cultivadas. Por exemplo, umbu, o maracujá nativo, e junto com isso as cultivadas. Pensamos em trabalhar o beneficiamento e comercialização dos produtos. E junto a isso o grande sonho é poder congregiar outros produtos, como a farinha, o porco, o bode, o arroz o feijão o mel. Tem ajudado muito porque tem aproveitado as sementes, o mel as frutas a rapadura, tem agregado, tem feito com que isso gere recurso para a região. Os agricultores hoje por exemplo, conseguem aproveitar as frutas, aqueles que estão inseridos na CGS, aquilo que perdia, hoje vira comida pra crianças nas escolas e para o agricultor é recurso dinheiro no bolso.(Adão Custódio).

Assim as unidades centrais da Cooperativa - Montes Claros (mais antiga) e Porteirinha (inaugurada

recentemente) - articulam outras cadeias produtivas como a da cana-de-açúcar, mandioca, pequi, desenvolvendo paralelamente, através do acompanhamento sócio técnico, apoio jurídico-legal e o fortalecimento da marca “Grande Sertão”. Existe hoje um total de 12 unidades envolvendo diretamente 128 famílias.

TABELA 01

Unidades Comunitárias de Beneficiamento e Comercialização integradas à Cooperativa Grande Sertão

Região	Unidades Comunitárias de Beneficiamento e Comercialização.	Produto	Nº famílias envolvidas no beneficiamento e gestão
Grão Mogol – Alto Rio Pardo	Água Boa	Pequi e frutas	08
	Vereda Funda	Pequi	30
	Americana	Pequi e frutas	06
	Tapera	Pequi, frutas, cana-de-açúcar, mandioca e cereais.	40
	Fazenda Velha	Cana-de-açúcar	05
	Montezuma	Cana-de-açúcar	08
Montes Claros	Olhos D’Água – Abóboras	Cana-de-açúcar, Pequi.	02
	Pau D’Óleo	Cana-de-açúcar	01
	Riacho D’Anta	Pequi, frutas e Cana-de-açúcar.	10
	Salto	Pequi	06
Ibiracatu - Varzelândia	Sambaíba	Pequi	08
	Bonança	Pequi, frutas.	04
TOTAL	12		128

Fonte: Base de dados Cooperativa Grande Sertão

Na avaliação de um dos assessores, a necessidade de incorporar outros produtos para além das polpas - mel, cachaça, rapadura, açúcar mascavo, suco de fruta, doces, geléias, licores, foi provocada pelas famílias e grupos que insistiam em levar a questão da comercialização para os seus locais envolvendo-os de forma mais efetiva no arranjo produtivo, fazendo um caminho de volta rumo à descentralização:

“A estrutura central teve que ser implodida. A produção centralizada de polpas foi fundamental porque trouxe o domínio do know-how, mas os grupos sempre puxavam para os locais, uma demanda clara que eles queriam caminhar juntos na cadeia produtiva. Com as unidades de beneficiamento locais as ações de comercialização foram para os locais também na perspectiva de favorecer a dinâmica comercial dos grupos locais” (Breno, assessor da Cooperativa).

Este arranjo pode ser mais bem visualizado na figura a seguir:

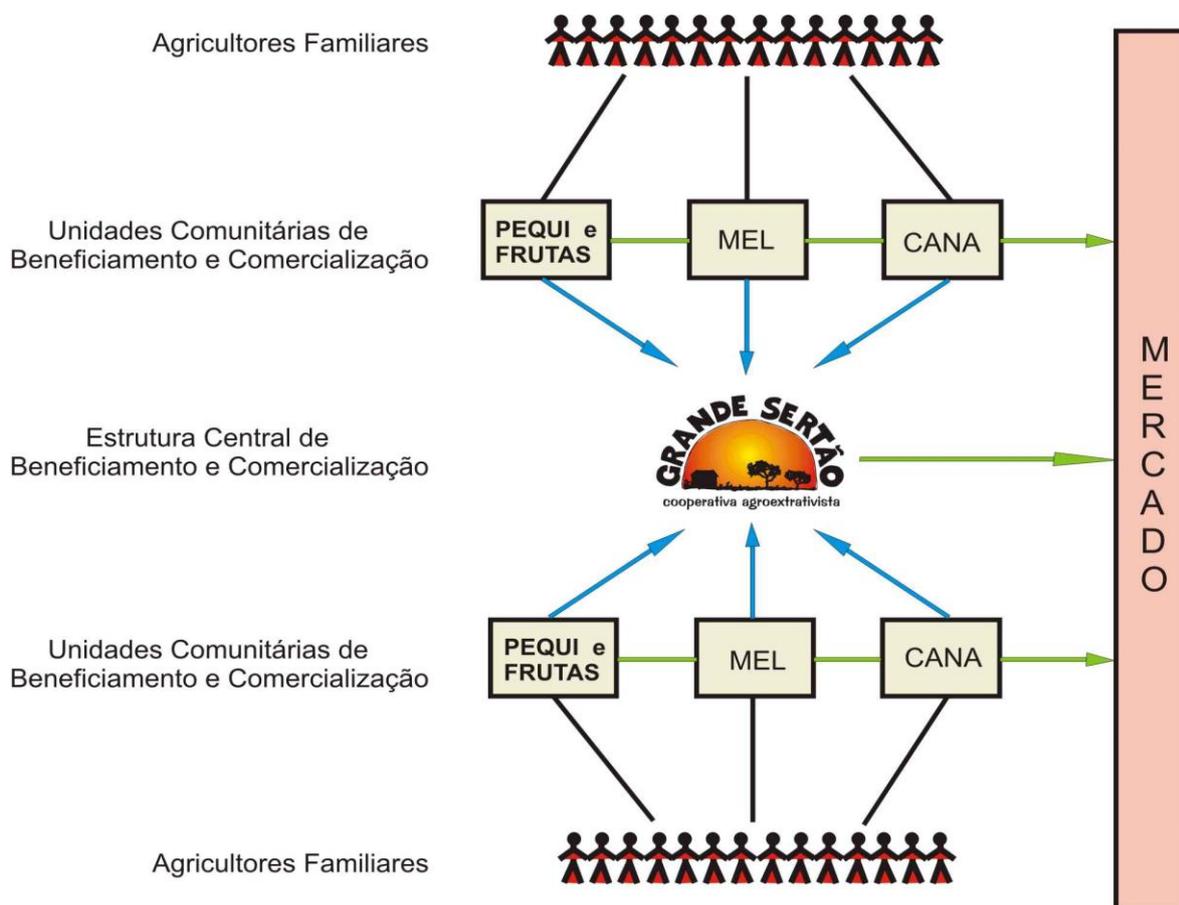


FIGURA 5 - Modelo de integração mercadológica: Unidades Comunitárias X Cooperativa Grande Sertão.

Fonte: Cooperativa Grande Sertão, Projeto HECKS, 2005.

Alguns desafios vividos pela Cooperativa Grande Sertão

A partir de 2004, à Cooperativa Agroextrativista Grande Sertão é demandado ampliar a sua oferta de produtos nos mercados locais e institucionais. Dois fatores se somam puxando as possibilidades de ampliação da produção e de inserção no mercado. O primeiro fruto da dinâmica própria da Cooperativa, quando ela pavimenta as bases de uma estrutura organizativa de agroextrativistas centrado no know-how acumulado no processamento de frutas (nativas e oriundas dos quintais) e que culmina com a formalização da Cooperativa no ano de 2003¹⁶, substituindo então a microempresa Grande Sertão fundada em 1998. A partir deste momento, iniciam-se um processo mais ousado de agricultores na gestão do empreendimento e de investimentos na estratégia de marketing, rótulos, análises nutricionais, registros legais. Em seguida, na melhoria das práticas de manipulação¹⁷, associado com a busca de novos mercados. É quando inicia, no Governo Lula, os programas viabilizados pela CONAB, MDS e MDA, que criam as condições de inserção da produção oriunda da agricultura familiar nos mercados institucionais.

Os riscos de uma possível ampliação eram evidentes uma vez que mesmo nos patamares desta época (2002-2003) já estava sinalizado: a necessidade de se desenhar uma estratégia mais organizada de acompanhamento das famílias envolvidas com a produção; de se organizar planos de manejo e de monitoramento das áreas de produção agroextrativista; de incorporação mais efetiva das mulheres e dos jovens nos processos em desenvolvimento; de se entender melhor o contexto da produção local de forma a que a entrada da cooperativa não desestruturasse os sistemas locais de organização da

¹⁶ Data de fundação: 18 de junho de 2003

¹⁷ No relatório de avaliação final do Projeto Agroextrativismo financiado pelo FUNBIO, Matta (2005) alerta para a necessidade da cooperativa investir em um “controle rigoroso de seu processo de produção e da aplicação de todas as exigências de higiene e sanificação”.

produção, pelo contrário, eles deveriam ser fortalecidos. Na avaliação de um dos assessores da Cooperativa:

Até 2003 o CAA/NM e a Cooperativa não tinham um desenho mais bem amarrado para a expansão do processo de acompanhamento e monitoramento da produção agroecológica e sua inserção no mercado. Nós já tínhamos desenhando o plano de marketing, o plano de monitoramento da qualidade da indústria já estava desenhado. O gargalo era a chegada, a proximidade com a produção que estava faltando. (Depoimento de Breno)

Analisando os desdobramentos a seguir vemos um vertiginoso crescimento da produção beneficiada, onde em 1999 foram seis toneladas de polpas produzidas a partir do beneficiamento de treze toneladas de frutas processadas; em 2003 ultrapassa a barreira de 20 toneladas de polpas produzidas com 68 toneladas de frutas processadas e na safra 2004/2005 passa para 71 toneladas de polpas produzidas a partir do beneficiamento de 250 toneladas de frutas processadas. Veja o gráfico seguinte (Os dados da safra de 2005/2006 são provisórios):

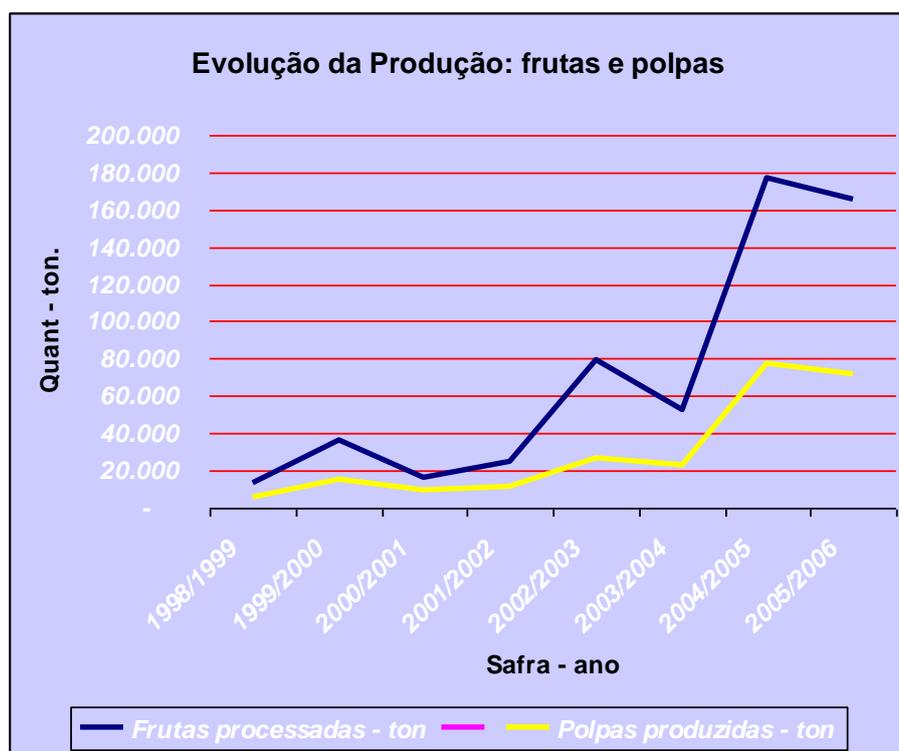


GRÁFICO 2 - Evolução da Produção: frutas e polpas.

Fonte: Banco de dados – Cooperativa Grande Sertão

Da mesma maneira, analisando o quadro social inserido no arranjo produtivo em torno do beneficiamento das frutas, verificamos um aumento expressivo tanto em termos do número de famílias e de comunidades envolvidas, como também no número de municípios, que saltou, de oito em 2002 para vinte em 2006 (um aumento de 250% no período).

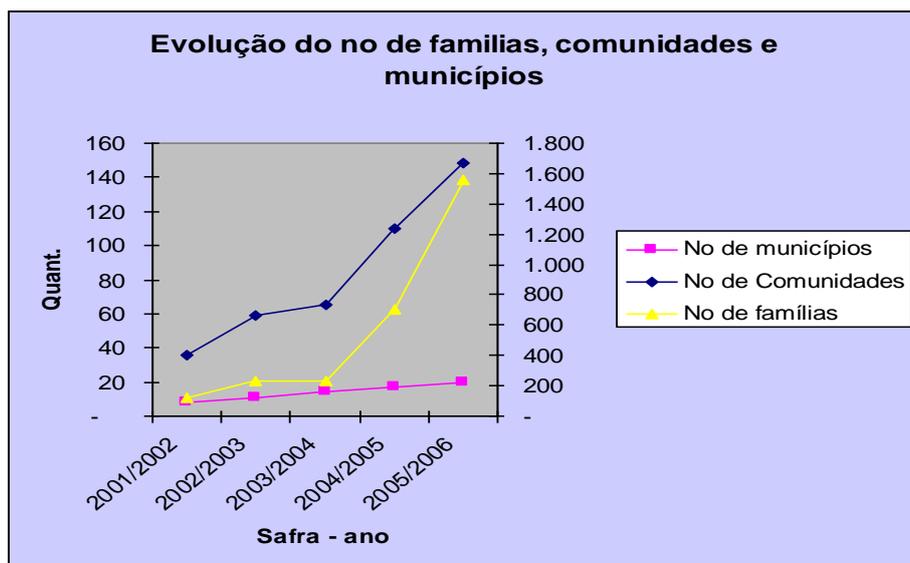


GRÁFICO 3 - Evolução do número de famílias, comunidades e municípios.

Fonte: Banco de dados – Cooperativa Grande Sertão

O número de comunidades e de famílias envolvidas diretamente no arranjo também tiveram um salto significativo, principalmente a partir de 2004 (411% e 1.297% respectivamente).

É também a partir de 2003 que outros produtos oriundos da pauta produtiva da agricultura sertaneja passam a ser comercializados pela cooperativa como o mel (15.000 kg), a rapadurinha (20.000 kg), o pequi congelado (14.000 dúzias), a polpa de pequi (1.700 kg), o óleo de pequi (4.000 litros) e sementes de milho, feijão, sorgo, arroz (27.000 kg) oriundas da rica agrobiodiversidade dos sistemas nativos de produção. A inserção dos produtos oriundos da agricultura sertaneja nos mercados locais, regional e mesmo em Belo Horizonte é significativa e também é significativa a produção que é destinada aos mercados institucionais viabilizados pelo Programa FOME ZERO/CONAB.

Uma outra questão que vem sendo levantada no âmbito do CAA/NM e CGS refere-se à questão de gênero e de geração. Um levantamento realizado pela cooperativa em 2005 aponta como tem sido a participação das mulheres no processo de organização da produção, inclusive identificando esta participação de acordo com o produto entregue, como pode ser observado no gráfico a seguir:

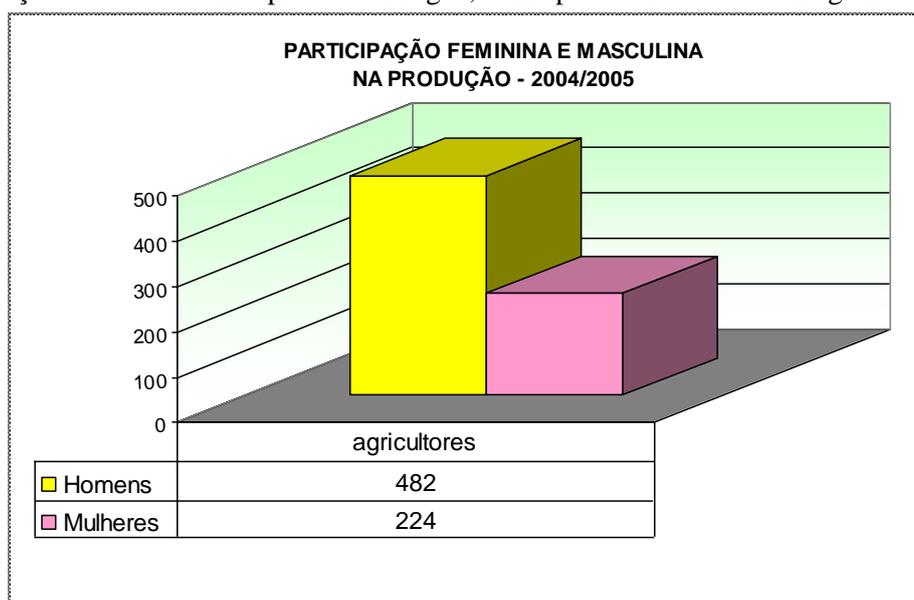


GRÁFICO 4 - Participação feminina e masculina na produção - 2004/2005

Fonte: Banco de dados – Cooperativa Grande Sertão

Da mesma maneira, analisando a inserção sócio-técnica da Cooperativa em 2005, foi possível visualizar uma parcela da rede de relações técnicas e políticas com as quais ela interage:

QUADRO 1 - Rede de Relações Técnicas e Políticas - Cooperativa Grande Sertão

Organização	Principais funções / papéis
Articulação Agroextrativismo da Rede Cerrado.	Desenvolvimento de produtos, processos sócio-técnicos, divulgação dos resultados e debate de políticas públicas em espaços mais amplos de articulação.
ASA-MG – Articulação do Semi-árido Brasileiro.	Implantação do PIMC na área geográfica de atuação da cooperativa como atividade complementar de acesso à água para consumo humano. Divulgação dos resultados nos espaços de discussão de convivência com o semi-árido
Associações Comunitárias (Riacho Dantas, Fazenda Americana, P. A Tapera, Vereda Funda e outras).	Articular a população local Monitorar as ações concretas que serão desenvolvidas ao longo dos rios Participar os espaços de definição do projeto
CAA/NM- Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas	Apoio técnico e pedagógico ao desenvolvimento da agroecologia, contribuindo nas ligações com ações em redes sócio-técnicas.
CRSAN - Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional	Animação e articulação de ações no campo da Segurança alimentar
CONAB	Negociação e execução de política pública associada a segurança alimentar
CONSEA – Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional	Formulação de políticas públicas de Segurança alimentar e nutricional
Cooperativa dos agricultores familiares e agroextrativistas do Grande Sertão.	Articulação atividades do campo da produção agroecológica com a comercialização. Melhoria e ampliação da renda dos agricultores e agroextrativistas
Fórum Mineiro de Segurança Alimentar	Articulação dos diferentes atores que atuam em segurança alimentar no Estado
Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas.	Apoio no processo de mobilização social e política na implementação de propostas e projetos de políticas públicas
ICA/UFGM – UNIMONTES	Desenvolvimento de pesquisa de manejo de espécies nativas e intervenção técnica em sistemas tradicionais e com implementação de propostas agroecológicas Aprimoramento dos processos de beneficiamento e de monitoramento das práticas de fabricação
Rede Deserto Verde / MST/Via Campesina	Interação nos debates e enfrentamento de questões associadas ao modelo de desenvolvimento rural, biodiversidade, terra, monoculturas.
STR's dos municípios de Rio Pardo de Minas, Porteirinha, Coração de Jesus, Mirabela, Montes Claros, Riacho dos Machados, Ibiracatu e Varzelândia.	Apoio no processo de mobilização e identificação dos Agricultores educadores Participação no planejamento, avaliação e monitoramento das ações locais Divulgação dos resultados nos espaços de debate de políticas públicas locais e em espaços mais amplos de articulação.

Fonte: Projeto HEKS, 2005

Neste breve registro do contexto produtivo e de caracterização das ações da Cooperativa,

vimos que em pouco tempo ela ampliou de forma significativa sua produção, sua base social e territorial (famílias, comunidades e municípios e populações) encontrando-se enredada em uma trama de interações sócio-técnicas, apresentando em diversos espaços os seus produtos oriundos de uma grande gama de agroextrativistas escondidos nos mais longínquos rincões do sertão.

Vamos analisar a seguir qual foi a contribuição da estratégia de assessoria do CAA/NM à Grande Sertão, que tipos de atividades e ações foram estimuladas, quais foram as principais dificuldades e limites que se colocaram nesta nova etapa e, finalmente, que ações e processos a partir da trama de interações sócio-técnicas vem se constituindo enquanto políticas públicas.

4.2. Entram em cena os mobilizadores e mobilizadoras inscritos em redes sócio técnicas...

Chamado a contribuir com a Cooperativa Grande Sertão no processo de organização da produção, a partir da perspectiva agroecológica e da agricultura nativa, o CAA/NM desenhou sua estratégia em uma iniciativa que teve suas origens em 1994 quando foi desenvolvido o Programa de Formação de Jovens, depois designado Programa de Formação de Monitores, inspirado na perspectiva metodológica da relação Agricultor & Agricultor. Esta experiência de agricultores como educadores, como protagonistas em um programa de assessoria técnica, foi mais bem desenvolvida pelo CAA/NM durante a execução de um programa de gestão ambiental executado no vale do rio Mosquito¹⁸ tendo o STR de Porteirinha como parceiro (2000/2003).

Naquele momento, após um amplo processo de mobilização provocado pelo diagnóstico da bacia do rio Mosquito, montou-se um programa de formação visando irradiar ações de manejo e conservação dos recursos naturais ancorado em um conjunto de ações no campo do fortalecimento da agricultura nativa e de inserção nos espaços de políticas públicas. Uma equipe de 13 agricultores, agricultoras e jovens rurais passaram a atuar como educadores e monitores em suas comunidades e em outras. A lição que se aprendeu naquele momento, apontava a insuficiência apenas da formação dos agricultores como elemento chave no processo de diálogo com outros agricultores e comunidades; a insuficiência da articulação de um programa de acompanhamento técnico tendo os agricultores como protagonistas se os mesmos não estivessem mergulhado em um ambiente de interações técnicas, sociais e políticas onde o próprio aprendizado e as novas questões que fossem surgindo não fossem atualizadas a cada momento, buscando saídas e propondo soluções como um caminhar em espiral.

Segundo um dos assessores do CAA/NM na cooperativa, o desenho da proposta considerou a experiência anterior que estava sendo implementada em uma escala ainda muito reduzida, na própria cooperativa:

Na busca de respostas, sai a proposição dos mobilizadores – que cumpre um papel para a cooperativa, mas cumpre também o papel de trazer as famílias para a gestão, cumpre o papel também de levar a experiência e know-how para os mercados locais. Montou-se um desenho para a atuação dos mobilizadores de forma que pudessem dar tratamento à produção sertaneja, considerando as formas locais de produção, beneficiamento e comercialização, incorporando o know-how acumulado pela estrutura inicialmente centralizada da cooperativa, incorporando em sua ação local a perspectiva da agroecologia, porém em um ambiente institucional sócio-técnico mais amplo. (Breno)

Com a incorporação dos agricultores como mobilizadores eles cumprem o papel de articular a produção dos locais com a cooperativa, passando a atuar como educadores nos núcleos territoriais, desempenhando um papel chave na rede sócio-técnica em formação. Vamos analisar a partir de agora como foi o processo de incorporação dos mobilizadores e mobilizadoras na organização da produção e fazer uma aproximação de suas inserções em redes sócio-técnicas. Para buscar apreender este contexto foram realizadas incursões de observação participativa em suas atividades diárias e entrevistas.

A incorporação dos mobilizadores locais pela articulação CAA/NM & Cooperativa Grande Sertão

Utilizando recursos disponibilizados por um projeto de ATER do Governo Federal, as

¹⁸ Afluente do rio Gurutuba no Vale do Rio Verde Grande, um dos principais tributários do rio São Francisco no Norte de Minas Gerais.

seguintes estratégias foram utilizadas:

- Incorporação de mobilizadores locais que se encarregariam de contribuir com o acompanhamento técnico e organizativo nas diversas territorialidades inscritas no lócus de atuação da Cooperativa.

Na discussão dos critérios de definição dos mobilizadores locais foi sinalizado de que este processo deveria ocorrer na perspectiva de incorporação de suas famílias e, ao mesmo tempo, para que contribuísse para uma inserção mais ativa tanto mulheres como jovens. Além disso, os mobilizadores locais deveriam ser pessoas¹⁹ inscritas em outros processos de organização social para além da contribuição específica com o CAA/NM e Cooperativa.

- Fortalecimento das micro-redes sócio-técnicas onde os mobilizadores locais estiverem inseridos.

Além do envolvimento dos mobilizadores em processos de organização social, colocava-se como fundamental que as suas atuações deveriam contar com a interação com equipes de técnicos, pesquisadores, além de outros circuitos institucionais de forma a não ficarem circunscritos apenas pelas perspectivas institucionais seja do CAA/NM ou da Cooperativa Grande Sertão. Este fortalecimento deveria ocorrer também junto com o desenvolvimento de estudos, diagnósticos e experimentação participativa, ampliando o leque de grupos e organizações locais envolvidas nas atividades da Cooperativa.

O perfil dos mobilizadores

Com o projeto de ATER foi possível a incorporação de quatro novos mobilizadores, que se juntaram aos quatro que já atuavam, ficando assim constituído o conjunto dos oito mobilizadores que hoje acompanham o trabalho da Cooperativa, de acordo com as territorialidades:

Territorialidade	Sexo	Idade	Escol.	Instituição local	Municípios atuação
Geraizeiros dos planaltos sanfranciscanos	Masc	39	5ª Série	STR Ibiracatu	Ibiracatu, Vazelândia, S.J.Ponte
Geraizeiros dos planaltos sanfranciscanos	Fem	26	2º Grau	Associação comunitária	Montes Claros, Bocaiúva
Geraizeiros dos planaltos sanfranciscanos	Masc	29	2º Grau	Associação comunitária	Montes Claros, Bocaiúva, Riacho dos Machados
Caatingueiros da serra geral	Fem	42	2º Grau	STR Porteirinha	Porteirinha, Pai Pedro, Riacho dos Machados
Caatingueiros da serra geral	Fem	21	2º Grau	STR Porteirinha	Porteirinha e Pai Pedro
Geraizeiros da serra geral	Fem	28	2º Grau	STR Rio Pardo Minas	Rio Pardo de Minas, Montezuma
Geraizeiros da serra geral	Masc	28	2º Grau	STR Rio Pardo Minas	Rio Pardo, Montezuma, V.Grande
Geraizeiros da serra geral	Masc	35	1º Grau	STR Grupo extrativista Americana	Grão Mogol, Montes Claros

Dos oito mobilizadores, quatro são do sexo masculino, quatro do sexo feminino, cinco tem menos de 30 anos, dois tem idade entre 30 e 40 anos, e um acima de 40 anos. Além disso, seis tem segundo grau completo, e dois tem o primeiro grau. Com a perspectiva de incorporar a família no processo, entre os oito mobilizadores, seis em conjunto de dois são parentes: filhos, esposas ou maridos.

Inserção sócio-técnica dos mobilizadores locais:

Os espaços de participação social e de interação sócio-técnica dos mobilizadores foram assim identificadas nas entrevistas e visitas de campo:

¹⁹ Se a pessoa não tivesse inscrita em outros processos de organização social que membros de sua família o estivessem (pais, mães, esposo, esposa, irmãos, filhos ou filhas)

Núcleos Territoriais	Nome	Atuações	Função/Atividades
Geraizeiros dos planaltos sanfranciscanos	Joel (9)	Lavrador	Pequeno proprietário – lavoura diversificada, horta, criação de pequenos animais e apicultura
		STR Ibiracatu	Secretario de finanças
		Associação Comunitária Bonança	Sócio – colabora no encaminhamento de ações e de projetos
		Equipe apoio Pastoral Criança	Produz remédios caseiros e realização atividades de formação
		Cooperativa Grande Sertão	Conselheiro Fiscal – mobilizador territorial
		CAA/NM	Sócio
		Igreja	Membro da Conferência Vicentina
		P.Pública	Presidente do Conselho do Bolsa Família
		P.Pública	Conselheiro do CMDR – representando STR
Geraizeiros dos planaltos sanfranciscanos	Josiane (4)	Lavradora - serviços caseiros	Assentamento/peq.proprietária - Mora na cidade e trabalha na roça nos finais de semana – cuida de horta, pomar, pequenos animais.
		Associação Comunitária	Secretaria – negociação projetos, estradas, mudas, sementes
		Projeto Olhos D'água – Art.Pacari	Produção de fitoterápicos – animação do grupo
		Coop. Grande Sertão	Mobilizadora – Atividades administrativas, agendamento da coleta de frutas, preenchimento fichas e notas fiscais
Geraizeiros dos planaltos sanfranciscanos	Wagner (8)	Lavrador -	Assentamento/pequeno proprietário – Mora na cidade e trabalha na roça em tempo parcial e final de semanas. Lavoura diversificada, pomar, produção de farinha, rapadura, criação de gado
		Associação Abóboras	Sócio – colabora com atividades da associação
		Associação PA Betinho	Sócio – tesoureiro - colabora com atividades da associação
		STR Montes Claros	Sócio – já foi diretor – oposição sindical
		Cooperativa Grande Sertão	Sócio – mobilizador territorial
		CAA/NM	Sócio – conselheiro fiscal – comissão de compras
		Fórum Norte Minas /ASA	Membro - Coordenação executiva ASA Minas
		PT	Filiado – membro do diretório

Núcleos Territoriais	Nome	Atuações	Função/Atividades
Caatingueiros da serra geral	Lourdes (8)	Lavradora	Pequena proprietária – lavoura diversificada, criação de animais, apicultura
		Associação Comunitária Mucambo da Onça	Sócia – anima associação – negocia projetos
		STR de Porteirinha	Sócia – Secretária Geral – organização de agricultores – representa o STR na FETAEMG
		Comissão de Mulheres Trabalhadoras	Coordena e anima atividades com mulheres
		P.Pública – CMDR	Representa a Cooperativa G.S. no CMDR
		P.Pública – CONSEA	Representa o STR no Consea Regional
		CAA/NM	Sócia
Caatingueiros da serra geral	Kátia Liciane (4)	Coop. Grande Sertão	Conselho de Administração – Secretária Geral
		Lavradora	Filha de agricultores familiares - ajuda nas atividades produtivas da família
		Secretaria Especial da Juventude	Serviço voluntário na recuperação da bacia do rio Mosquito
		CAA/NM	Curso de GRH – PIMC
Geraizeiros da serra geral	Ritinha	Coop. GS/STR	Ajuda na mobilização das famílias – organização da produção para entrega de frutas.
		Agricultora	Plantio de abacaxi, caju, manga, feijão, andu, mandioca, araticum, nim, etc.
		Pastoral da Criança	Coordenação paroquial: alimentação, saúde, meio ambiente.
		Comunidade de Vereda Funda	Anima a produção – atividades políticas pela reconquista da terra, revitalização cultural,
		STR	Sócia – mobilização de cursos
		Igreja Católica	Atuação nas pastorais
Geraizeiros da serra geral	Elmy	Coop. Grande Sertão	Mobilizadora dos extrativistas
		Agricultor	Plantio de abacaxi, caju, manga, feijão, andu, mandioca, araticum, nim, etc.
		Pastorais	Equipe de Coordenação Pastoral
		CIAT (Comissão de Ações Territoriais)	Conselheiro e representante da CGS
		STRRP	Diretor Financeiro/Mobilização e Conscientização
		Associação Comunitária de Vereda Funda	Animação de reuniões /documentação
		Conselhos Municipais: da criança e do adolescente, saúde. Comissão Municipal de Plano Diretor	Construção de propostas e estratégias para subsidiar leis de uso de solos
Geraizeiros da serra geral	Cido	Coop. Grande Sertão	Sócio - Mobilização e colabora em trabalhos práticos/agroecologia
		Coop. Grande Sertão	Conselho de Administração da Cooperativa – Gestão interna – controle – articulação da produção e acompanhamento a grupos em Montezuma, G.Mogol, Quilombolas e Xacriabá.

Assentado PA Americana	Assentamento agroextrativista – 50 há – plantios e criações diversificadas – manejo extrativista – base de experimentação do assentamento e da cooperativa
STR Grão Mogol	Diretor de agricultura familiar – atividades de formação
Associação assentamento	Diretor secretário da associação

De uma maneira geral todos os mobilizadores e mobilizadoras interagem em pelo menos quatro diferentes espaços de gestão social (geralmente oito), além de que todos estão inseridos diretamente na produção camponesa. Todos têm algum tipo de atuação na própria comunidade, no município ou em espaços mais amplos, relacionados com o movimento social ou em gestão de políticas públicas. Vivem em contextos distintos, em biomas de Caatinga e cerrado, com histórias de desapropriação, heranças de monocultura e outras especificidades, mas se aproximam formando redes de relações. Alguns vivem uma história de luta e conquista da terra, evitando que a terra onde vivem se transformasse em mais um deserto verde de eucalipto, como ocorre no entorno do Assentamento Americana e em Rio Pardo de Minas, onde estão envolvidos em projetos de reconversão da monocultura e revitalização cultural. Em Porteirinha, região da Caatinga, fértil para atividades agroextrativistas, vivencia a busca de alternativas à monocultura do algodão.

Vimos os mobilizadores desempenhando, paralelamente à atuação como agricultor educador nos núcleos territoriais conforme o modelo de organização da Cooperativa, um conjunto de atividades de frente com a organização da produção nativa, seja cuidando de sua própria produção, seja discutindo atividades relacionadas com o manejo extrativista e dos quintais agroecológicos com os vizinhos, com as famílias envolvidas no fornecimento de frutas à cooperativa; ações junto à própria associação, animando um trabalho com a agricultura familiar no âmbito do sindicato dos trabalhadores rurais, defendendo posições e negociando políticas públicas no CMDRs ou em programas de desenvolvimento territorial do MDA, programas de segurança alimentar (CONSEA, MDS, CONAB); interagindo com organismos de pesquisa (EPAMIG, EMBRAPA), de ensino (UNIMONTES, UFMG), de extensão (EMATER).

Vimos também participação em redes sociais mais amplas como o Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável, ASA, Rede DesertoVerde, Articulação Pacari de Plantas Medicinais, e até junto a Via Campesina.

Assim, o mobilizador local inserido nesta rede de interações sócio-técnicas desde o âmbito local junto às famílias, comunidades, municípios, articulando suas atividades no âmbito das territorialidades onde inscreve o seu trabalho, mas também interagindo em um denso ambiente institucional, vai se apropriando de novos elementos e percepções, retroalimentando a sua própria atuação. Este é um processo que muitas vezes acontece de forma pouco perceptível, como nos informa uma das mobilizadoras ao comentar sobre o ambiente institucional em que estão inseridos:

“... já estamos envolvidos nos movimentos sociais de modo geral. A pastoral da criança, da juventude, da saúde. Todos os setores que estão recebendo os produtos da CGS estão criando vínculos, as escolas, as creches, as secretarias, por exemplo, vejo a CGS em todos os setores. Mesmo que não seja falada, mas ela tá lá presente, ocultamente, mas tá.” Lourdes²⁰

Esta rede de interações pode ser mais bem visualizada na figura a seguir:

²⁰ Lourdes – mobilizadora no núcleo territorial dos CAA/NMtingueiros da serra geral.

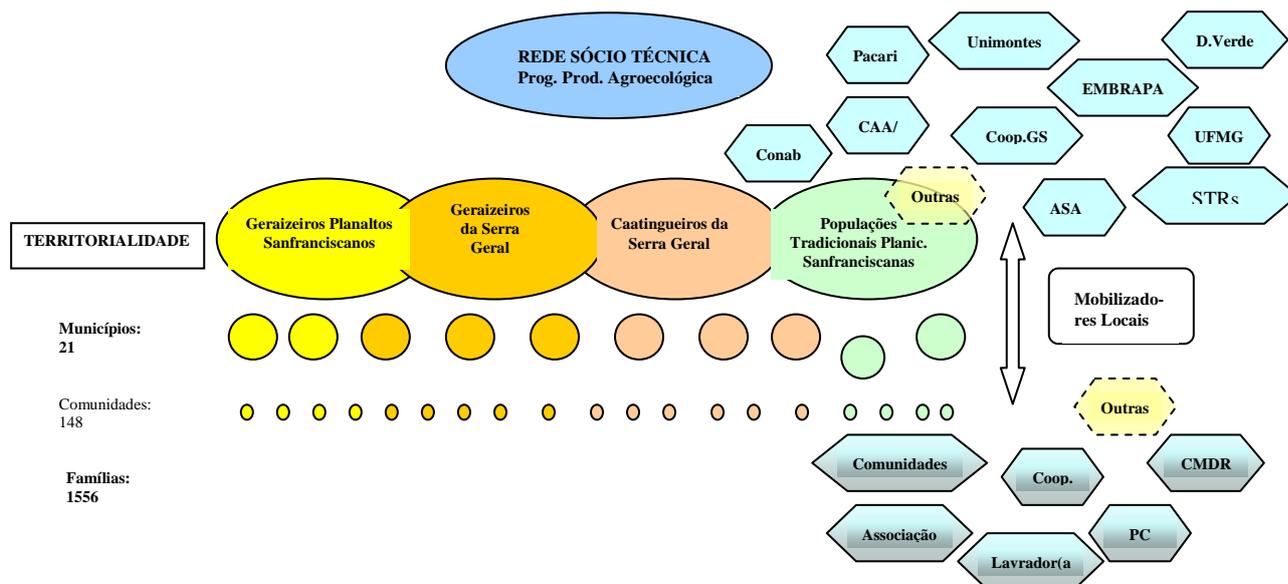


FIGURA 6 - Rede sócio-técnica Programa de Produção Agroecológica

Este complexo de interações que ocorre nos diferentes âmbitos (local, regional, nacional e mesmo internacional) retroalimenta constantemente a ação dos mobilizadores, inserindo-os de uma forma objetiva e concreta em uma rede muito mais ampla de diálogo e de possibilidades.

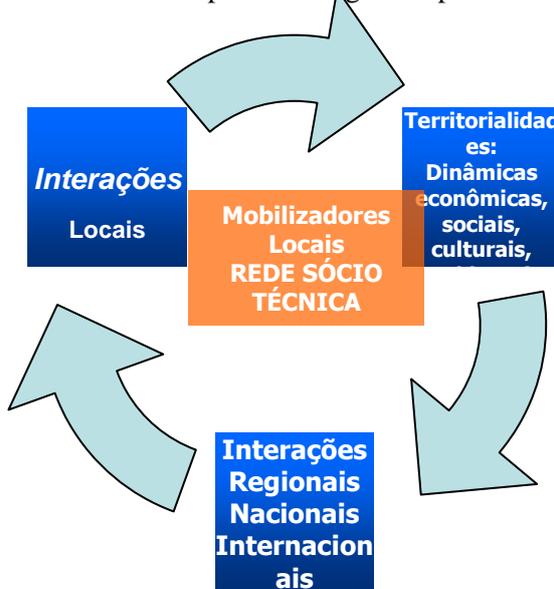


FIGURA 7 - Rede sócio-técnica em torno da agricultura sertaneja e da agroecologia no contexto de programas e projetos públicos

No contexto da rede sócio-técnica, fez-se um esforço de identificar ações em andamento ou processos que têm interfaces relacionadas com a proposição ou execução de políticas que apontam algum diferencial relacionado com a agricultura regional e agroecologia. Foram identificadas:

- Segurança alimentar, políticas de abastecimento e visibilidade aos produtos oriundos da produção agroecológica.

De forma direta e objetiva alguns municípios já começam a acordar para uma nova forma de dinamizar sua economia integrando produção local e consumo, gerando renda e criando uma imagem favorável ao consumo da produção agroecológica regional. Os programas em torno da aquisição de alimentos onde a Cooperativa tem se colocado como intermediadora, tem viabilizado a dinamização local da economia, interagindo agricultores nativos que passam a oferecer alimentos de incomparável

qualidade (rapadura, mel, suco natural frutas, óleo e polpa de pequi) a seus beneficiários.

Também foi um espaço para que agente pudesse trabalhar com órgãos governamentais, por exemplo, a CONAB, muita das vezes o agricultor tinha o produto, mas comercializava com atravessador. Hoje com a CGS tem comercializado os produtos da agricultura familiar. Esses produtos ficam na microregião nossa através da merenda escolar. Por exemplo, produzíamos o suco puro, fruto nativo, sem produto químico, sem agrotóxico, mas não ficava na região ia para o sul de Minas, um produto sem agrotóxico sem nada de químico, mas tinha que vender fora. O mel um produto riquíssimo de alta qualidade, mas não ficava aqui, era exportado. Os produtos eram vendidos pra fora..Exportava para Alemanha e outros países. Hoje não, com a CGS temos comercializado os produtos da agricultura familiar. Hoje o apicultor produz, os agricultores produzem, comercializam e são consumidos por seus filhos, parentes netos sobrinhos estão consumindo na merenda escolar. Esses produtos ficam na região, para consumo local, isso pra nós representa um grande avanço. (Elton²¹)

Em 2005 foram contratados 160 mil quilos de alimentos para o mercado institucional: creches, asilos, APAE's e escolas, atingindo um público superior a 30 mil pessoas localizadas em cinco municípios da região, conforme foi visto em quadro anteriormente. Além disso, participam de espaços de proposição, negociação e execução de políticas de segurança alimentar – CONSEA.

- Programa de desenvolvimento territorial da Serra Geral.

A rede sócio-técnica em torno das ações da cooperativa Grande Sertão articulou um projeto para a região da Serra Geral protagonizando um palco de disputas de projetos diferenciados para o território, conseguindo orientar um conjunto de atividades fortalecendo, além da Cooperativa Grande Sertão, as cooperativas Cristal e Crescer.

- Luta pela terra e reconversão agroecológica

Um grande mérito da Cooperativa Grande Sertão em sua trajetória foi conseguir criar mercado para sabores nativos que até então eram desconhecidos dos consumidores das cidades, principalmente entre os mais jovens. A partir de então vem criando uma imagem positiva para estes produtos, abrindo novas perspectivas para agricultura camponesa e criando consciência no público urbano, que começa dar ressonância às lutas pela preservação da biodiversidade.

Em Rio Pardo de Minas, uma ação coletiva impediu, no ano de 2002, a destruição de uma de grande área de reserva na comunidade do Areião. Esta comunidade foi responsável pelo fornecimento de mangaba à Cooperativa Grande Sertão na safra daquele ano. Neste mesmo contexto, um projeto de reconversão da monocultura do eucalipto em torno de comunidades da Região do Alto Rio Pardo com o apoio dos movimentos sociais, se organiza conseguindo retomar parte de suas terras, como uma área de 5.000 ha de Vereda Funda já negociada com a Florestaminas. A Cooperativa Grande Sertão é uma parceira fundamental na concretização deste projeto, atuando como um ator responsável por traçar estratégias de viabilização econômica da produção agroecológica das comunidades na luta pela reapropriação de seus territórios. Concretamente a cooperativa já vem atuando na região com o beneficiamento da mangaba e do pequi, englobando 25 comunidades e 156 famílias.

A CGS é uma estratégia importantíssima, porque dentro dessa perspectiva da afirmação dos caras e das caras, a gente aqui na cidade estávamos perdendo cada vez mais o contato com nossas frutas tradicionalmente conhecidas. O CAA/NM resgatou e a cooperativa instrumentaliza essa produção. Coloca a disposição da população aqui frutas ao longo do ano fora da estação, a gente pode comer o pequi o ano inteiro sem precisar comprar de uma Brasfruta, de estar contribuindo com uma multinacional, porque no freezer está é a CGS e ela está contribuindo com a luta do povo da Vereda Funda.(João Batista Costa).

- Rede de pesquisadores em torno dos potenciais do cerrado e Caatinga

Um dos braços da rede sócio-técnica está fincada junto a um grupo de pesquisadores inseridos

²¹ Diretor do STR de Porteirinha, sócio da cooperativa e agricultor familiar.

na UFMG, UNIMONTES, Embrapa que vem desenvolvendo pesquisas e contribuindo com aportes técnico-científicos que servem de suporte aos trabalhos que são desenvolvidos pelo CAA/NM e Cooperativa Grande Sertão. Muitos destes pesquisadores passam desempenhar papéis chaves na perspectiva de criar um ambiente favorável na instituição onde atua.

Quando vim para MOC, há cinco anos, rapidamente me envolvi com pesquisas na área de processamento de frutas do cerrado. Aí em função desses trabalhos de pesquisas é que houve uma aproximação muito grande com a CGS. Além do apoio técnico nessa área de processamento, acho que o que tenho feito mais é a divulgação dos trabalhos, com muitos alunos em sala de aula, profissionais de informação. Tenho me esforçado bastante em divulgar os trabalhos e essa ideologia do CAA/NM para esses alunos. Tenho me preocupado também em sensibilizar a administração da instituição, a alta administração ou quem esteja na administração tanto em nível de meu departamento, quanto do centro quanto da diretoria de pesquisa, Pró-reitoria, tenho procurado. . . tenho é divulgado junto á instituição o trabalho do CAA/NM. (Olívia Mercadante).²²

Projetos financiados pelo CNPq e Banco do Nordeste têm permitido o desenvolvimento de pesquisas relativas ao uso e manejo da flora nativa, de plantas medicinais e frutíferas e, recentemente, um laboratório de alimentos foi implantado na UNIMONTES. No ICA-UFMG a criação do mestrado é citado pelo seu vice-diretor como um instrumento de qualificar o desenvolvimento da agroecologia na região:

A idéia do mestrado é fortalecer a agroecologia, tema que o CAA/NM vem trabalhando muito bem. A idéia agora é desenvolver a pesquisa onde ela é necessária. . . . Transformar aquilo que é problema em solução e que possamos avaliar esses impactos cientificamente. Analisar inclusive atividades bem sucedidas. A visão do CAA/NM inclui mais fatores que nós vemos. (Ernane Ronnie Martins).²³

- Rede social comprometida com a causa das populações nativas do sertão norte mineiro

Provocado inicialmente para desencadear um movimento de solidariedade junto às populações quilombolas de Brejo dos Crioulos e do Gurutuba, este processo avançou para uma articulação muito mais ampla, envolvendo os movimentos sociais na região, MST, Via Campesina, pastorais, sindicatos, professores, pesquisadores de diversas áreas, e diversas instituições públicas que vem colocando em cena a particularidades culturais do Norte de Minas. Diversos exemplos apontam nesta direção, como o mestrado de desenvolvimento social da UNIMONTES, mas também com braços na FAE/UFMG, que vem articulando uma rede de pesquisadores, professores, profissionais de diversas áreas que vem se debruçando sobre as idiosincrasias culturais do sertão norte mineiro e contribuindo com a construção de novas leituras sobre a realidade regional, e fornecendo aportes para o reconhecimento social da diversidade cultural da região; rede de solidariedade aos quilombolas que envolvem uma grande gama de instituições governamentais e não governamentais que vem desenvolvendo ações emergenciais e estruturantes junto à alguns dos povos nativos, entre elas a questão da água, educação, saúde e luta pela terra. No âmbito desta articulação podemos citar a visita de membros de organizações africanas que vieram recentemente ao Norte de Minas e estabeleceram uma ponte de diálogo com estas comunidades com uma perspectiva de enfrentamento da hegemonia ocidentalizante.

O resultado disso tudo é que, aqui no Norte de Minas a gente esta constituindo, por meio desse trabalho do qual também faço parte, um espaço de resistência ao capitalismo. Um espaço a quebra da heterogeneidade que sempre caracterizou a humanidade em função da homogeneidade. E esse trabalho já está consolidado, mas vem cada vez se ampliando e necessita ser ampliado. Espaço de guardião de um conhecimento de um sistema de produção que é distinto do capitalismo e que na derrocada ao capitalismo quem sabe nós possamos contribuir para resgatar seu sistema e seu modo de produção. (João Batista).²⁴

²² Professora e pesquisadora da UNIMONTES.

²³ Pesquisador e vice diretor do ICA - UFMG

²⁴ João Batista de Almeida Costa – antropólogo e pesquisador da UNIMONTES.

Limites e desafios sinalizados pelos integrantes desta rede sócio-técnica:

Se por um lado observaram-se avanços significativos proporcionados pela rede sócio-técnica em torno da agricultura sertaneja e da agroecologia, por outro lado foi possível visualizar alguns limites e desafios sinalizados por alguns dos seus integrantes. Estes limites e desafios foram agrupados nos seguintes eixos:

- a) Questões associadas ao trabalho dos mobilizadores locais
 - Os mobilizadores locais sinalizaram a necessidade de estarem mais bem preparados no seu trabalho junto às famílias e comunidades. Demandam o aporte de material didático – cartilhas, cartazes, fitas de vídeo – que servissem de instrumento ajudando na sensibilização e na formação, principalmente neste caso, relacionado com o manejo da produção. Colocam a necessidade de terem acesso mais fácil a computador e Internet, com a disponibilização de informações sobre o andamento do processo de beneficiamento e comercialização dos grupos envolvidos. Colocam a necessidade de uma estrutura mínima - pastas e arquivos – para o controle das atividades e processos em andamento. Além disso são muitas as famílias e eles não conseguem acompanhar devidamente a todos os grupos.
 - Outra questão colocada refere-se a dificuldades com transporte, que precisam ser mais bem equacionadas, seja no contato com os grupos locais, seja no transporte das frutas, e até mesmo para participarem das reuniões. Um exemplo citado foi o de Rio Pardo de Minas que, para vir participar de uma reunião de dia inteiro, se gasta dois dias para vinda e retorno.
 - Outra questão colocada foi com relação à comunicação direta entre eles. Gostariam de poder ter mais contato e intercâmbio com o trabalho dos outros mobilizadores.
- b) Questões associadas às relações institucionais
 - Na medida em que as redes sócio-técnicas se articulam e atuam, novos processos vão sendo demandados e é constante a convocação dos mobilizadores e das instituições no sentido de apoiar a animação, qualificar os debates e proporcionar aportes operacionais.
 - Os mobilizadores e técnicos das instituições vêm sinalizando necessidades de formação para o desenvolvimento de habilidades, para atualização de conteúdos. Estão sendo requeridos das instituições de ensino e pesquisa novos empenhos no sentido de fomentar as oportunidades de pesquisas e estudos na região, colocando o desafio de estreitar a aproximação com estas instituições.
 - Há também desafios colocados para o fortalecimento das parcerias, que precisam estar mais afinadas e comprometidas com o projeto político diferenciado para o desenvolvimento rural, em construção nesta região.
 - Outra questão bastante comentada foi a necessidade de sistematização das experiências e sua publicação. A observação é que estamos deixando de publicar os conhecimentos que estão sendo construídos “É preciso fazer publicações a quatro mãos e colocá-las nas rodas de debate...” (João Batista Costa).

4.3. Em discussão: que referências para uma política de ATER pública estão sendo construídas a partir da assessoria à Cooperativa Grande Sertão?

A - Contribuição com o processo de articulação dos agricultores e agricultoras em microredes sócio-técnicas em diálogo com redes de articulação social mais amplas.

Verificamos ao longo da sistematização que a assessoria à Cooperativa Grande Sertão, a partir da experiência metodológica acumulada pelo CAA/NM foi fundamental para a organização e articulação das micro redes sócio-técnicas. Vimos que os agricultores e agricultoras mobilizadores estão inseridos desde a composição do quadro de cooperados, participando da sua gestão, até os mais longínquos rincões do sertão norte-mineiro, cumprindo importante papel de mobilização, formação e articulação. Verifica-se com esta inserção um aumento expressivo do número de municípios,

comunidades e famílias envolvidas nos arranjos produtivos e na ação da Cooperativa. Em pouco tempo, sua base social e territorial foi ampliada de forma significativa, encontrando-se enredada em uma trama de interações sócio-técnicas que vem possibilitando a apresentação de seus produtos em novas perspectivas societárias.

Analisando as inserções sociais vimos, também, que a maioria dos mobilizadores, além de sócios do CAA/NM, interage com diversas outras organizações sociais no âmbito local, regional, nacional e mesmo internacionais. De uma maneira geral todos os mobilizadores e mobilizadoras interagem em pelo menos quatro diferentes espaços de gestão social (geralmente oito), além de que todos estão inseridos diretamente na produção camponesa. Todos têm algum tipo de atuação na própria comunidade, no município ou em espaços mais amplos, relacionados com o movimento social ou em gestão de políticas públicas.

Assim, o mobilizador local também interage em um denso ambiente institucional e vai se apropriando de novos elementos e percepções, retroalimentando a sua própria atuação, inserindo-os de uma forma objetiva e concreta em uma rede muito mais ampla de diálogo e de possibilidades. As incursões realizadas junto aos “articuladores” foram mostrando que havia algo mais do que simplesmente “a organização da produção” visando o processamento e comercialização pela Cooperativa Grande Sertão. Na ponta deste processo, de fato, vimos os articuladores indo até as feiras e contatando feirantes, visitando as comunidades e “produtores” nativos, potencialmente aptos a entregarem seus produtos para a Cooperativa.

Mas fomos vendo mais, tanto na ponta, como no meio e na base de sustentação desta articulação. Interconexões finas sendo feitas, a partir dos articuladores, discutindo o contexto local da produção, o mercado e as possibilidades de ampliação; interconexões sendo feitas junto a grupos sociais fragilizados, instrumentalizando as lutas sociais das populações nativas ou fortalecendo a organização sindical; interconexões sendo feitas em espaços de gestão de políticas públicas, prefeituras, secretarias de agricultura, câmara de vereadores, propondo novas ações ou projetos; interconexões sendo feitas junto a instituições de pesquisa e junto a pesquisadores; interconexões sendo feitas com escolas, restaurantes, lanchonetes, consumidores locais; interconexões sendo feitas com projetos e programas do governo federal, abrindo cunhas e trazendo para as locais novas possibilidades de investimentos que, além de viabilizar a compra e inserção dos produtos nativos no mercado, provocam respingos na construção de um projeto “camponês” diferenciado para a região.

B - Ações no campo da pesquisa e desenvolvimento, com enfoque agroecológico, vem sendo formuladas e implementadas e se constituindo como referências para o reconhecimento da agricultura sertaneja como elemento fundador de um projeto de desenvolvimento rural diferenciado na região.

Verificamos que, desde o seu início, a Cooperativa Grande Sertão pavimenta as bases de uma estrutura organizativa de agroextrativistas centrada no know-how acumulado no processamento de frutas nativas e oriundas dos quintais, com uma clara intencionalidade de valorização das potencialidades do bioma cerrado e da agricultura sertaneja. Com um processo ousado dos agricultores na gestão do empreendimento, num primeiro momento investindo na estratégia de marketing, rótulos, análises nutricionais, registros legais. Em seguida, na melhoria das práticas de manipulação, associada com a descentralização da unidade de beneficiamento, acenando com possibilidades concretas para as comunidades sertanejas.

Assiste-se a um vertiginoso crescimento do beneficiamento da produção de frutas nativas e cultivadas e a incorporação de outros produtos oriundos da pauta produtiva da agricultura sertaneja para serem comercializados pela cooperativa, oriundos da rica agrobiodiversidade dos sistemas nativos de produção. A inserção dos produtos oriundos da agricultura sertaneja nos mercados locais, regional e mesmo em Belo Horizonte é significativa. Também é significativa a produção que é destinada aos mercados institucionais. Resultados que conferem visibilidade aos produtos oriundos da produção agroecológica.

De forma direta e objetiva alguns municípios já começam a acordar para uma nova forma de dinamizar sua economia integrando produção local e consumo, gerando renda e criando uma imagem favorável ao consumo da produção agroecológica regional.

A participação dos agricultores e técnicos inseridos nas redes sócio-técnicas em espaços de proposição de políticas públicas tem conseguido influenciar e direcionar programas públicos, como: políticas de abastecimento e segurança alimentar; programa de desenvolvimento territorial da Serra

Geral, protagonizando um palco de disputas de projetos diferenciados para o território; lutas pela terra e reconversão agroecológica, onde a Cooperativa é parceira fundamental na concretização deste projeto, atuando como um ator responsável por traçar estratégias de viabilização econômica da produção agroecológica das comunidades na luta pela reapropriação de seus territórios.

Outro fator importante está relacionado com os esforços para a constituição de uma rede de pesquisadores em torno dos potenciais do cerrado e caatinga, articulando um grupo de pesquisadores inseridos na UFMG, UNIMONTES, ICA/UFMG e EMBRAPA que vem desenvolvendo pesquisas e contribuindo com aportes técnico-científicos que servem de suporte aos trabalhos que são desenvolvidos pelo CAA/NM e Cooperativa Grande Sertão. Muitos destes pesquisadores passam a desempenhar papéis-chaves na perspectiva de criar um ambiente favorável na instituição onde atua.

Projetos financiados pelo CNPq e Banco do Nordeste tem permitido o desenvolvimento de pesquisas relativas ao uso e manejo da flora nativa, de plantas medicinais e frutíferas e, recentemente, um laboratório de alimentos foi implantado na UNIMONTES.

C - Estratégias metodológicas utilizadas que estimulam a iniciativa autônoma e solidária de grupos de agricultores e agricultoras.

Verificamos as estratégias metodológicas adotadas para a assessoria ao desenvolvimento das ações da Cooperativa Grande Sertão, inspirada na construção do CAA/NM, e de que forma impulsionam os resultados obtidos nesta experiência e alguns pontos chamaram a atenção no que diz respeito a suas potencialidades.

A organização da estrutura de gestão, articulando sócios e agricultores em quatro núcleos, considerando as dinâmicas territoriais, logísticas e, principalmente, identitárias foi um processo facilitador da inserção das propostas da Cooperativa e da busca de envolvimento dos locais nos arranjos produtivos. O quadro de cooperados e mobilizadores da Grande Sertão é formado, na sua maioria, por agroextrativistas e muitos deles são tidos como lideranças com representação local e regional reconhecida e que desempenham um importante papel de articulação e mobilização social.

Importante destacar a intencionalidade marcante de promoção da participação social, do estabelecimento de relações horizontalizadas e de fortalecimento institucional presentes nas estratégias de constituição de microrredes e de acompanhamento sócio-técnico via Agricultor & Agricultor. Essa intencionalidade é visível desde a discussão de critérios para definição dos mobilizadores locais: incorporação de suas famílias; inserção mais ativa tanto de mulheres como de jovens; pessoas inscritas em outros processos de organização social; atuações em interação com equipes de técnicos, pesquisadores, além de outros circuitos institucionais, de forma a não ficarem circunscritos apenas pelas perspectivas institucionais seja do CAA/NM ou da Cooperativa Grande Sertão; desenvolvimento de estudos, diagnósticos e experimentação participativa, ampliando o leque de grupos e organizações locais envolvidas nas atividades da Cooperativa.

Analisando os instrumentos metodológicos e a postura pedagógica observada no cotidiano das ações da Cooperativa, assessorada pelo CAA/NM, verificamos que partem do conhecimento acumulado para a ação, permitindo compartilhamento de saberes que anima, mobiliza. A relação Agricultor & Agricultor é um potente fator de mobilização porque facilmente incorpora a perspectiva do outro – elemento imprescindível nos processos educativos e formadores.

Neste sentido, pode-se verificar a constituição de uma rede social comprometida com a causa das populações nativas do sertão norte mineiro, porque estão sendo cimentadas relações pautadas num forte sentimento identitário, a partir de pessoas e instituições que se reconhecem nos processos em curso.

Concluindo esta breve análise, podemos afirmar que a experiência da assessoria do CAA/NM à Cooperativa Grande Sertão contém uma série de referências que merecem ser aprofundadas e consideradas na proposição de uma ATER pública, sobre a qual teceremos mais comentários nas considerações finais a seguir.

5.0 LIÇÕES APRENDIDAS

A experiência do CAA/NM nos aponta que a contribuição das propostas agroecológicas só tem sentido se estiverem inseridas em um contexto de densidade institucional, de interações sociais e técnicas, incorporando princípios que apontem para novas formas de vivência. O desafio é não dissociar os elementos políticos, culturais e sociais da dimensão técnica e econômica.

A mobilização de pessoas e organizações em torno da agroecologia traz possibilidades de avançar de forma significativa na construção de uma sociedade sustentável, a partir de uma postura pedagógica que considere o conhecimento como fator em movimento e consiga chegar até a perspectiva do outro. Da mesma maneira, a relação agricultor & agricultor, agricultor & sociedade são também fatores potentes de mobilização para a ação.

Vimos que o fortalecimento da rede sócio-técnica em que os mobilizadores locais estão inseridos provocou sinergias positivas em torno da agricultura sertaneja e da agroecologia, pavimentando um ambiente institucional mais amplo e apontando um conjunto de possibilidades de contribuição para a construção de um projeto diferenciado para a região.

Um elemento novo que surge foi a incorporação da contribuição da antropologia para a construção do conhecimento que buscamos. Tivemos um primeiro caminhar na busca do entendimento da lógica da agricultura nativa (sertaneja); em seguida uma percepção da diversidade nela inclusa, fazendo então outro caminhar na busca do entendimento de suas especificidades.

Ultimamente vivemos dois esforços de tensionamento muito saudáveis: um primeiro, de aprofundar esta busca da especificidade, de desvendar novos sujeitos, inserindo-os na rede sócio-técnica em formação; um segundo, na busca de uma totalidade, de retorno à agricultura sertaneja, onde temos, como melhor exemplo, a tratativa da Cooperativa Grande Sertão, cujo “território” vem se expandindo, incluindo, no dizer de Braulino, “os novos povos”.

A contribuição da antropologia muda significativamente a postura pedagógica do CAA/NM que passa a tratar os grupos sociais com que interatua como um “povo”, um povo dentro de um povo maior, sendo que o nosso exercício é um caminho de duas mãos: um no sentido de compreender, de conseguir desvendar o que lhes é significativo; na outra mão, o de nos conhecer, de criar condições para um entendimento maior de nossa sociedade.

Nesta perspectiva, uma lição que aprendemos com a nossa experiência metodológica em assessoria sócio-técnica é que a sustentabilidade de seus processos não pode conviver com fragmentações e descontinuidades, como as que vivenciamos no exercício das políticas governamentais. A produção do conhecimento e a mobilização para uma ação cidadã promotora de uma sociedade sustentável requerem continuidade e compromisso ético com a base social de sustentação e retroalimentação dos processos educativos; a operacionalização de suas estratégias e objetivos requerem que aportes materiais e financeiros sejam garantidos de forma suficiente e perene; requerem a indissociabilidade da pesquisa, ensino-aprendizagem e irradiação do conhecimento, bem como sua multidimensionalidade; e requerem políticas públicas multisetoriais que abordem integralmente os territórios e suas territorialidades.

Outra lição aprendida diz respeito à insuficiência da formação e de programas de assessoria sócio-técnica encerrados em si mesmos. A promoção do protagonismo dos agricultores nesses processos só é possível se os mesmos estiverem mergulhados em um ambiente de interações técnicas, sociais e políticas, onde os próprios aprendizados e as novas questões que forem surgindo são atualizados a cada momento, buscando saídas e propondo soluções.

Neste sentido, a perspectiva da ação em redes sócio-técnicas é bastante promissora e se revela como uma experiência política transformadora na medida em que se constituem num esforço individual e coletivo para superação da cultura autoritária e centralista, com um aprendizado permanente para a construção de novas relações humanas.

Consideramos que as possibilidades de irradiação do conhecimento agroecológico construído e em construção estão centradas na sua inserção em redes cada vez mais amplas de diálogo e proposição compartilhada de alternativas ao desenvolvimento. Daí a importância de espaços como a Articulação Mineira e Articulação Nacional de Agroecologia, bem como tantos outros fóruns de debate já existentes, que precisam ser fortalecidos e instrumentalizados para ampliar sua contribuição com este projeto de sociedade.

Talvez agora possamos dizer que vemos esta possibilidade da ação em redes sócio-técnicas como a questão que nos interessa debater enquanto política pública de ATER, que não é a ATER no seu sentido convencional – esta ATER que considera o público rural como um público que precisa de “assistência” técnica, que precisa do técnico para estar mediando os processos associados ao desenvolvimento (tecnológico) rural.

A questão é mais complexa, e no dizer de João Dangelis, “precisamos jogar uma pá de cal no entendimento arrogante de que a ação de desenvolvimento se realiza na relação técnico x agricultor:

ela não se realiza neste campo, que é muito mais complexo que nos parece à primeira vista”. Esta é uma questão que temos dificuldade de superar no nosso dia a dia, uma vez que trazemos em nossa formação esta concepção introjetada e que está relacionada com a “arrogância interventora” que tem na ciência ocidental a sua centralidade. Este é um nó que precisamos superar.

Quando jogamos a questão da rede sócio-técnica no debate de ATER na perspectiva dos sujeitos sociais historicamente subordinados, que não se fecha e termina (ou inicia?) na relação técnico x agricultor, vemos então ainda temos uma longa caminhada pela frente e não sabemos ainda de seus trilhos, de sua senda.

Um novo modelo de ATER para o Brasil e Minas Gerais, tem que necessariamente considerar estratégias de reposicionamento da agricultura, reconhecendo as manchas de comunidades e territórios rurais que teimam em subsistir e buscando compreender a natureza das suas territorialidades. Faz-se necessário construir uma nova plataforma para o planejamento de políticas para o desenvolvimento rural sustentável, para além da economia, com instrumentos efetivos e aplicáveis às realidades regionais, revendo o local que o espaço rural ocupa no imaginário dos formuladores e gestores de políticas públicas.

Montes Claros, janeiro de 2006

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Vivianne. *Redes sociais: conexões*. Rede Brasil de Comunicação Cidadã, 2000.
- ARAVENA-REYES, José A. *Expressão Gráfica e Novos Meios Educativos: Metodologias coletivas para o ensino de projeto em engenharia e arquitetura*. Departamento de Fundamentos de Projeto, Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Universitário - Rem: Rev. Esc. Minas vol.54 no.1 Ouro Preto, 2001.
- ARTICULAÇÃO MINEIRA DE AGROECOLOGIA (AMA). *AGROECOLOGIA, TERRITORIALIDADE, SUSTENTABILIDADE: Uma Intervenção em Rede em Minas Gerais - Articulação Mineira pela Agroecologia*. Belo Horizonte: 2004.
- BOSERUP, E. *Evolução Agrária e Pressão Demográfica* Ed. Hucitec / Ed. Polis, S.Paulo. 1987.
- CASA DE PASTORAL COMUNITÁRIA. *Projeto Centro de Tecnologia Alternativa do Norte de Minas*. Montes Claros: 1985 (mimeo.)
- CAVALCANTI, Vanessa. *Guerra das Ciências: Análise das contribuições de Bruno Latour*. Revista de História Regional 7(2):197-205. Ponta Grossa: 2002.
- CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA DO NORTE DE MINAS. *O Norte de Minas e a atuação do CAA/NM*. Montes Claros: 1999. (mimeo)
_____. *Populações tradicionais do Norte de Minas: transformando o uso sustentável da biodiversidade em trunfo para o desenvolvimento territorial*. Montes Claros: 2005.
- CHALITA, Marie Anne Najm. *Desenvolvimento Rural, Agricultura e Natureza: novas questões de pesquisa*. Agricultura São Paulo, v.52, n.1, p97-113. São Paulo: 2005.
- COOPERATIVA GRANDE SERTÃO. *Uma Ação em Rede entre Agricultores Sertanejos nos Cerrados dos Gerais de Minas*. Projeto Heks. Montes Claros: 2004.
- CORREIA, José Roberto. *Pedologia e conhecimento local: proposta metodológica de interlocução entre saberes construídos por pedólogos e agricultores em área de Cerrado em Rio Pardo de Minas, MG*. Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Agronomia. Rio de Janeiro: 2005.
- COSTA, João Batista de Almeida. *CULTURA, NATUREZA E POPULAÇÕES TRADICIONAIS: O Norte de Minas como Síntese da Nação Brasileira* in Revista Verde Grande / Vol.1, n.3. Montes Claros: Unimontes, 2005.
- D'ANGELIS FILHO, João Silveira. *POLÍTICAS LOCAIS PARA O “des-envolvimento” no NORTE DE MINAS: uma análise das articulações local & supra-local*. Dissertação de mestrado. Universidade Católica de Temuco - CDS – Centro de Desarrollo Sustentable, Chile, 2005.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1970.
- MARTINHO, Cássio. *Redes e Desenvolvimento Local*. Rede Brasil de Comunicação Cidadã, 2000.
- MATTA, V.M. *Relatório de Avaliação Final do Projeto “Agroextrativismo e Produção de Polpas de Frutas do Cerrado e Caatinga”* FUNBIO. Rio de Janeiro: Embrapa, 2005.
- MUSSOI, E.M & PINHEIRO, S.L.G *Produção e difusão do conhecimento em agroecologia* in Anais Encontro Nacional de Agroecologia Rio de Janeiro: AS PTA, 2003.

SABOURIN, Eric Pierre. *Viabilidade da agricultura familiar nordestina e globalização*. P&T, n° 16, setembro/2000 pp.25-39. Disponível em: <http://www.geocities.com/ptreview/16-sabourin.html?20069>. Acesso em 23 de outubro de 2002.

TEIXEIRA, Olívio A. *Híbridos da Modernidade: Registros da Natureza e da Sociedade Confundidos*. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v.15, n.2, p.129-131, mai/ago. 1998.

TOLEDO, G.T. *Plano de Negócio: agroextrativismo e processamento de polpas de frutas do cerrado e Caatinga*. Rio de Janeiro, 1999.

ANEXO



Mobilizador atuando em comunidade geraizeira



Intercâmbio sócio técnico / manejo agroextrativista



Intercâmbio quilombolas com Rede Africana



Incursoão sócio técnica em comunidade vazanteira



Inauguração Unidade CGS em MOC



Diretores CGS e CAA com Ministra Marina Silva



Unidade processamento polpa CGS



Empório do Sertão Montes Claros

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACEBEV - Associação Casa de Ervas, Barranco de Esperança e Vida
AEFA - Área de Experimentação e Formação em Agroecologia
AMA - Articulação Mineira de Agroecologia
ANA – Articulação Nacional de Agroecologia
APAE - Associação de Pais e Amigos de Excepcionais
ASA – Articulação do Semi-árido Brasileiro
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
CAA/NM – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviços
CGS – Cooperativa Grande Sertão
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAB – Comissão Nacional de Abastecimento
CONSEA – Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRG – Centro de Referência Geraizeira
CRSAN - Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional
DRP - Diagnóstico Rápido Participativo
EMATER - Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAMIG - Empresa Mineira de Pesquisa Agropecuária
FAE - Faculdade de Educação (UFMG)
FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
GEF - Global Environmental Facility
GESTAR – Gestão Ambiental Rural
IAF - Inter American Foundation
IBDF – Instituto Brasileiro de Defesa Florestal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICA – Instituto de Ciências Agrárias
INEMONT - Incubadora de Empresas de Montes Claros
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MOC - Montes Claros (cidade)
MST – Movimento dos Sem-Terra
ONGs – Organizações Não-governamentais
PA - Projeto de Assentamento

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PDA Plano de Desenvolvimento de Assentamento Rural
PMA Planejamento, Monitoramento e Avaliação
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP - Programa Pequenos Projetos
PROGER - Programa de Geração de Emprego e Renda
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROSAN - Programa Mutirão pela Segurança Alimentar e Nutricional
PT Partido dos Trabalhadores
REBEA Rede Brasileira de Comunicação Cidadã
RESAB – Rede de Educação para o Semi-Árido Brasileiro
SAF – Secretaria de Agricultura Familiar
SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais
SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros